

# CADERNO DE RESUMOS

Evandro Freitas Siqueira  
José Francisco de Carvalho Ferreira  
Organizadores

# SIMPÓSIO

## DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP

**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**14 de novembro de 2019**



**MACAPÁ-AP  
2021**

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ -  
UNIFAP**

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão  
**Coordenador**

Jose Francisco de Carvalho Ferreira  
**Vice-Coordenador**

**COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO**

Amiraldo Enuns de Lima Picanço  
Cindi Veridiana de Almeida Pinheiro  
Evandro Freitas Siqueira  
Jacqueline Freitas de Araújo  
Jonilson Vilhena Martins  
Juliana da Costa Castro  
Luan Patrick dos Santos Silva  
Marciléia do Socorro da Rocha Campos Lopes  
Rosiane de Oliveira Furtado Goes  
Thayna Renee Cavalcante da Costa

**COMITÊ CIENTÍFICO**

Cindi Veridiana de Almeida Pinheiro  
Evandro Freitas Siqueira  
Jose Francisco de Carvalho Ferreira  
Juliana da Costa Castro  
Marciléia do Socorro da Rocha Campos Lopes

**COLABORADORAS**

Andreia da Silva Barros  
Kátia Adriana Feitosa Figueiredo  
Nádia Nívea da Costa Souza

**Organização e Diagramação/Design**

Evandro Freitas Siqueira

**Revisão e Redação**

Juliana da Costa Castro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S612c      Simpósio de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (2 :  
2019)  
Caderno de resumos [livro eletrônico] / II Simpósio de Pós-  
graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, 14  
novembro 2019, Macapá (AP); organizadores Evandro Freitas  
Siqueira, José Francisco de Carvalho Ferreira. – Maringá, PR:  
Uniedusul, 2021.

“Interfaces do desenvolvimento regional na Amazônia”  
Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
ISBN 978-65-80277-77-3

1. Desenvolvimento regional – Amazônia – Congressos.  
I. Siqueira, Evandro Freitas. II. Ferreira, José Francisco de  
Carvalho. III. Título.

CDD 378.81

Elaborado por **Maurício Amormino Júnior** – CRB6/2422

**DOI: 10.51324/80277773**

**MACAPÁ-AP  
2021**

## **APRESENTAÇÃO**

O II Simpósio de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá proporcionou o diálogo, debate e articulações de pesquisas em curso e em linhas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e áreas afins, levando em consideração discussões epistemológicas, teóricas, metodológicas e empíricas sobre Planejamento Urbano e Regional; Cultura e Sociedade; e Meio Ambiente e Planejamento, a fim de integrar num mesmos ambientes os trabalhos produzidos por acadêmicos da pós-graduação e da graduação que vise o desenvolvimento desde torrão.

O II Simpósio recebeu 86 inscrições sendo 56% de mulheres e 44% de homens. 23 (ou 34%) se inscreveram para apresentar trabalhos, sendo destes 57% de homens e 43% de mulheres como primeiro(a) autor(a). Estiveram presentes nas duas sessões (manhã e tarde) do evento 51 pessoas.

**À COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO**

## PREFÁCIO

Temos percebido, frequentemente, que a rotina da vida acadêmica que se desenrola nas salas de aula, nas reuniões de colegiados, nas orientações de discentes, e em outras atividades técnicas e/ou administrativas que acontecem no decorrer dos semestres letivos acabam se tornando enfadonhas. Neste sentido, os eventos científicos que vão acontecendo, aparecem com um papel renovador, quebrando a monotonia da rotina, renovando as energias da vivência acadêmica, e principalmente, ajudando a manter viva a crença no papel transformador e necessário da Universidade.

Nos eventos científicos organizados no ambiente universitário, organizados por docentes e/ou discentes se manifestam como um dos poucos espaços de troca onde todos parecem ganhar no encontro de duas dimensões da oferta e da demanda do conhecimento. Do lado da oferta, os pesquisadores aproveitam para apresentar o que estão fazendo no campo da geração de conhecimento, enquanto do lado da demanda encontramos mentes ansiosas por conhecer o que se está produzindo de novidade no campo do conhecimento, e/ou por cobrar soluções para as lacunas de conhecimentos sobre determinadas temáticas ou problemas.

Nesses espaços quando no choque de oferta e demanda o debate consegue fluir, o processo de troca de percepções ou de compreensões favorecem os dois lados. Do lado da oferta, como o processo de pesquisa acaba sendo fechado em grupos menores, a oportunidade de ouvir outras pessoas sejam acadêmicos ou não, abre a possibilidade de surgir alguma coisa que ajude a aperfeiçoar o conhecimento que está sendo construído e do lado da oferta, as novidades enriquecem a compreensão sobre determinada temática e abre espaços para novas buscas. Portanto abre-se a possibilidades de uma sensação de que todos, no final do evento, terminarão levando alguma coisa a mais.

O II Simpósio de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP foi um momento importante na vida do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP no ano de 2019 por vários motivos, porém pretendemos destacar os mais visíveis.

Primeiro, o protagonismo dos mestrandos, onde a turma 2018 que estava saindo e a turma 2019 que concluía o seu primeiro ano letivo, contando com o

apoio e incentivos dos professores, deram continuidade a proposta nascida em ano anterior, aproveitando a pertinência do momento para apresentar os frutos de seus trabalhos de pesquisa, seja os destinados a atender as exigências das disciplinas ou dos seus projetos de dissertação, num momento bastante crítico para as universidades públicas devido ao contingenciamento dos recursos de custeio, onde o apoio da UNIFAP para a realização do evento, em termos de aportes financeiros, praticamente inexistiu.

Um segundo aspecto a destacar, é que este II Simpósio teve um caráter preparatório para o I Seminário de Desenvolvimento Regional no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica da Amazônia (PROCAD-AM), organizado pelos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, da Universidade Federal do Tocantins e da Universidade Regional de Blumenau, ocorrido em Palmas – TO onde vários mestrados do PPGMDR apresentaram seus trabalhos, e receberam as contribuições dos participantes.

Nesse sentido, o protagonismo consolidou um processo de continuidade, onde a turma 2019 deverá se organizar com a turma 2020 na organização do III Simpósio que já se encontra na agenda de eventos do PPGMDR para 2020, e espera-se, também, seja um momento preparatório para o II Seminário de Desenvolvimento Regional do PROCAD-AM que ocorrerá no final de novembro de 2020 em Blumenau – SC. O envolvimento dos mestrados na organização de eventos científicos e na apresentação de seus trabalhos nesses encontros acadêmicos faz parte do processo de formação científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, já que acreditamos, que a responsabilidade social de um pesquisador é apresentar os resultados dos seus esforços acadêmicos para outros pesquisadores e para a sociedade envolvente.

O fato do II Simpósio ocorrer com sucesso, numa conjuntura de grandes dificuldades financeiras para as universidades brasileiras, além de valorizar ainda mais o esforço e dedicação dos mestrados na organização do evento, mostra, também, que quando o desejo e a decisão de fazer nossas vontades acontecerem em forma de sonhos e/ou projetos compartilhados pelos os que assim o querem, fazem com que as coisas se desenvolvam como se tivessem vida própria.

Assim, o II Simpósio aconteceu, com a participação dos conferencistas convidados que tiveram a oportunidade de apresentar para a comunidade

acadêmica as suas reflexões teóricas e experiências práticas em diversas esferas do desenvolvimento regional amapaense e amazônico, enriquecendo a compreensão dessa temática pelos docentes, discentes, técnicos e demais interessados presentes. Da mesma forma, os acadêmicos puderam socializar os resultados de seus trabalhos através de 23 pôsteres abordando diferentes aspectos da dinâmica do desenvolvimento da região, que se encontram registrados neste livro de resumo, que será disponibilizado a todos os interessados.

**Antonio Sergio Monteiro Filocreão**  
Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP

## SUMÁRIO

|  | PG        |
|--|-----------|
| <b>I DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO</b>   |           |
| <b>1 O PLANO DIRETOR DE MACAPÁ (2004): A NÃO EFETIVIDADE DA SUBZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL (2004 A 2018)</b>                     | <b>11</b> |
| Evandro Freitas Siqueira - Jadson Luís Rebelo Porto  |           |
| <b>2 DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA, SEU IMPACTO NAS AQUIFERAS DA PERIFERIA DE PEITE-ANSE DO MUNICÍPIO DE CAP-HAITIEN</b>             | <b>12</b> |
| Ferdinand Duroseau - Jodival Mauricio da Costa   |           |
| <b>3 CALÇADAS PÚBLICAS: UM PROBLEMA URBANO</b>   | <b>13</b> |
| Jonilson Vilhena Martins - Daniel Santiago Chaves Ribeiro  |           |
| <b>4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS INVESTIMENTOS ENTRE AS CIDADES DE CALÇOENE E OIAPOQUE ATRAVÉS DA BR 156 NO PERÍODO DE 2002 A 2018</b> | <b>14</b> |
| Tiago Idelfonso e Silva Pedrada - José Alberto Tostes  |           |
| <b>5 DINÂMICA URBANA NO MUNICÍPIO DE SANTANA – AP: O CASO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR NO BAIRRO VILA AMAZONAS</b>                        | <b>15</b> |
| Luan Patrick dos Santos Silva - Valdenira Ferreira dos Santos  |           |
| <b>II DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL</b>   |           |
| <b>6 SOJICULTURA NO AMAPÁ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES</b>  | <b>17</b> |
| Cezar da Costa Santos  |           |
| <b>7 A INFLUÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA PISCICULTURA NA CIDADE DE MACAPÁ -AP</b>                  | <b>18</b> |
| Déurio Alexander de Freitas - Ricardo Ângelo Pereira de Lima   |           |
| <b>8 ENTORNO DOS NOSSOS QUINTAIS: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL NO NORTE DO AMAPÁ</b>                  | <b>19</b> |
| Joely Priscila Souza de Lima - Avelino Gambim Júnior   |           |
| <b>9 INTERAÇÃO ENTRE OS SERES HUMANOS E O AMBIENTE NATURAL: O CERRADO DO NORTE DO AMAPÁ, A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL</b>        | <b>20</b> |
| Márcio Claudio Lima Nunes - Jelly Juliane Souza de Lima  |           |
| <b>10 O COMITÊ DE BACIA DO RIO ARAGUARI: DESAFIOS PARA A GESTÃO HÍDRICA NO AMAPÁ</b>   | <b>21</b> |
| Thallys Arimar Lopes Rosa - Ricardo Ângelo Pereira de Lima   |           |

### **III DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR**

- 11 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) COMO INDUTOR DE AUTONOMIA PARA COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO SUL DO AMAPÁ** 23  
Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário - Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
- 12 RENDA, COMERCIALIZAÇÃO, MANEJO E FORMAÇÃO DO AÇAIZEIRO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE MACAPÁ-AP, BRASIL** 24  
Amiraldo Enuns de Lima Picanço - João da Luz Freitas
- 13 EXTRATIVISMO DA BERTHOLLETIA EXCELSA BONPL. NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: ALTERNATIVA DE EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO** 25  
Marciléia do Socorro da Rocha Campos Lopes - Raullyan Borja Lima e Silva
- 14 CADEIA PRODUTIVA DA PISCICULTURA DO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES** 26  
Juliana Barros da Mota - Ricardo Ângelo Pereira de Lima

### **IV CULTURA, SABERES, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

- 15 A POLÍTICA TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA** 28  
Franciely de Oliveira Lima e Souza - Daniel Santiago Chaves Ribeiro
- 16 INDICADORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO AMAPÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CT&I** 29  
Jacqueline Freitas de Araújo - Daniel Santiago Chaves Ribeiro
- 17 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MANIÇOBA NO ESTADO DO AMAPÁ** 30  
Débora Silva de Araújo - Wardsson Lustrino Borges
- 18 OS SABERES INDÍGENAS DOS WAJĀPI DO AMAPARI: REFLEXÕES SOBRE SUAS PRÁTICAS TRADICIONAIS E A SUSTENTABILIDADE** 31  
Juliana da Costa Castro - Yurgel Pantoja Caldas
- 19 CRÍTICA SOCIOLÓGICA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL** 32  
Vinícius Barriga dos Santos
- 20 REDES TECNOLÓGICAS AMAPAENSE: CONFIGURAÇÃO DESIGUAL** 33  
Marco Antonio Leal da Silva - Iuri Cavlac

|           |   |           |
|-----------|---|-----------|
| <b>21</b> | <b>PROTÓTIPO DE FOSSA SÉPTICA BIODGESTORA SUSTENTÁVEL APLICADA EM RESIDÊNCIA URBANA DE MACAPÁ-AMAPÁ</b>                           | <b>34</b> |
|           | André Bacelar Rodrigues   |           |
| <b>22</b> | <b>A POLÍTICA TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO REGIONAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA</b> | <b>35</b> |
|           | Franciely de Oliveira Lima e Souza - Daniel Santiago Chaves Ribeiro   |           |
| <b>23</b> | <b>TERRITORIALIDADE: USOS, REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS DE TERRA NO QUILOMBO KULUMBU DO PATUAZINHO, EXTREMO NORTE DO AMAPÁ</b>      | <b>36</b> |
|           | Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro - Edineth Alves da Silva   |           |
| <b>V</b>  | <b>APÊNDICE</b>   |           |
|           | <b>MESAS TEMÁTICAS</b>  | <b>38</b> |
|           | <b>FOTOS DO EVENTO</b>  | <b>39</b> |

# **I - DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO**

## **1 - O PLANO DIRETOR DE MACAPÁ (2004): A NÃO EFETIVIDADE DA SUBZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL (2004 A 2018)**

**Evandro Freitas Siqueira  
Jadson Luís Rebelo Porto**

O planejamento urbano ganha força a partir da homologação do Estatuto das Cidades em 2001, tendo como principal instrumento o Plano Diretor. O município de Macapá aprovou seu plano diretor em 2004, sob a consigna do “Desenvolvimento Urbano e Ambiental”. Com este artigo, objetiva-se analisar a Subzona de Fragilidade Ambiental (SFA) da parte sul da Zona Urbana de Macapá definida pelo plano diretor e suas implicações oriundas da não efetividade. O planejado diferente do executado, considerando os empreendimentos públicos e privados edificados entre 2004 a 2018 na SFA. Para este intento foi realizada uma pesquisa bibliografia, documental e vista in loco, com elaboração de mapa e imagens ilustrando a localização da área de estudo e os empreendimentos que existiam em 2004 e os empreendimentos existentes em 2018. Este estudo apurou a fragilidade institucional da Prefeitura Municipal de Macapá em garantir a execução do planejado.

**Palavras-Chave:** Estatuto das Cidades; Planejamento Urbano; Macrozoneamento.

## **2 - DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA, SEU IMPACTO NAS AQUIFERAS DA PERIFERIA DE PEITE-ANSE DO MUNICÍPIO DE CAP-HAITIEN**

**Ferdinand Duroseau  
Jodival Mauricio da Costa**

Depois vários anos, a cidade de Cap-Haïtien (Haiti) enfrenta uma urbanização acelerada, particularmente em áreas periféricas, particularmente na seção municipal de Petite-Anse. A instalação de ocupantes clandestinos de fato aumenta a vulnerabilidade humana e ataca a herança ecológica, estética, econômica e sociocultural de Cap-Haïtien. A essa dinâmica de expansão urbana, perguntamos principalmente: como explicar a instalação dos ocupantes de fato sob os olhos das autoridades locais, na área histórica e cientificamente reconhecida, reconhecida como espaços com aquíferos? Este estudo consiste em uma proposta de projeto destinado à restauração ecológica da área periférica urbana, fronteira entre dois (2) municípios distintos (Milot e Quartier Morin), cujas áreas específicas são: BODIN (Balan) e LEBON (Bonay du Gaal). Esses locais possuem um lençol freático que pode fornecer água potável em quantidade e qualidade à cidade de Cap-Haïtien. Este trabalho é baseado na pesquisa documental, no google earth pro e no software QGIS 3.10, possibilitando o cálculo de superfícies e ArcGis para a sintetização dos mapas. A restauração proposta pode ser realizada graças à criação de forças perdidas sintéticas, respeitando as normas do meio ambiente, tendo como objetivo armazenar os resíduos dos vários domicílios desses locais, a fim de valorizá-los para outro fim, apenas para não proliferar os aquíferos. Por fim, este estudo poderia contribuir para a proteção do meio ambiente e a promoção de atividades de mobilização para a proteção dos recursos naturais na área do Cabo Haitiano. E serviria como uma ferramenta para todos aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos no campo da expansão urbana e preservação dos aquíferos.

**Palavras-Chave:** Proliferação de aquíferos; Planejamento do uso da terra; Desenvolvimento urbano; Planejamento urbano; Periferia urbana.

### 3 - CALÇADAS PÚBLICAS: UM PROBLEMA URBANO

**Jonilson Vilhena Martins**  
**Daniel Santiago Chaves Ribeiro**

O presente trabalho trata de discussões sobre as calçadas públicas do município de Macapá-AP, com ênfase no centro da cidade. O objetivo do artigo é entender os meios que impedem a mobilidade e acessibilidade humana nas calçadas públicas. A pesquisa caracterizou-se em uma abordagem qualitativa, que se sucedeu em diversas frentes: com análise das observações dos locais, elaboração de questionário e entrevistas aplicadas aos pedestres. A análise parte da conjectura na qual mobilidade urbana está vinculada ao bem-estar das pessoas, pois, a situação dos espaços públicos da cidade não condiz com os padrões de acessibilidade e mobilidade urbana aceitável. No resultado das análises, ficou claro que as calçadas são usadas para exposição de produtos das lojas, estacionamento de carros, bem como para uso ilegal do comércio ambulante. Estes fatores assentam como barreiras, interferindo no direito de ir e vir de cada cidadão, garantidos pela Carta Magna brasileira. Ressalta-se que a administração pública não possui políticas públicas destinadas à acessibilidade e mobilidade urbana, com pouquíssimas fiscalizações e sem projetos que procurem avanços para solucionar a situação que propaga o caos da desordem nas calçadas. Assim, é imprescindível que o poder público planeje ações que priorizem uma urbanização apropriada voltada a realidade dos macapaenses.

**Palavras-Chave:** Planejamento urbano; Ordenamento; Espaço; Ocupação.

#### **4 - ANÁLISE COMPARATIVA DOS INVESTIMENTOS ENTRE AS CIDADES DE CALÇOENE E OIAPOQUE ATRAVÉS DA BR 156 NO PERÍODO DE 2002 A 2018**

**Tiago Idelfonso e Silva Pedrada  
José Alberto Tostes**

Esta pesquisa trata da atual situação de investimentos na BR 156, entre as cidades de Calçoene e Oiapoque, no período de 2002 a 2018, e foi apresentada pelo mestrando Tiago Idelfonso e Silva Pedrada junto ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), sob a orientação do Prof. Dr. José Alberto Tostes. Busca-se como objetivo fazer uma análise comparativa acerca dos investimentos entre as cidades de Calçoene e Oiapoque, através da BR 156, no período de 2002 a 2018, verificando a caracterização das cidades e as correntes teóricas do planejamento e desenvolvimento endógeno. Além disso, outros conceitos também são relacionados, tais como, planejamento urbano no contexto brasileiro; planejamento urbano na Amazônia e pequenas cidades; e planejamento e desenvolvimento endógeno. A pesquisa estima que a principal contribuição acerca da análise comparativa dos investimentos envolve a seguinte hipótese: A cidade de Calçoene teve maior condição de desenvolvimento, a partir da BR 156, do que a cidade de Oiapoque, no período citado. Usa-se a metodologia baseada em leituras de artigos científicos e dissertações acerca do tema e documentos formais expedidos por órgãos do governo. Os resultados esperados podem expor dois cenários reais: i) uma longa e caalejada trajetória de diálogos, discussões e formalidades para a finalização da obra de pavimentação do trecho da BR entre as cidades; e ii) tem-se percebido pouco avanço em políticas públicas voltadas para questões estruturais das cidades objetos e em ações que estimulassem o diálogo fronteiro na mesorregião do estado do Amapá.

**Palavras-Chave:** Planejamento Urbano; Desenvolvimento Endógeno; Amazônia; BR 156

## **5 - DINÂMICA URBANA NO MUNICÍPIO DE SANTANA – AP: O CASO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR NO BAIRRO VILA AMAZONAS**

**Luan Patrick dos Santos Silva  
Valdenira Ferreira dos Santos**

O presente estudo analisou o padrão de ocupação de uma área ao redor do bairro de vila amazonas, um dos bairros mais antigos do município que carrega consigo uma parte da história do Amapá relativa à exploração do manganês, já que foi uma vila construída especificamente para abrigar os trabalhadores. Para a realização do presente trabalho foram escolhidas imagens de satélites do Google Earth de forma gratuita. Em seguida, foi feito o georreferenciamento das cenas e a elaboração dos mapas temáticos no software Qgis 2.8. Ao analisar imagens de satélite disponíveis no google Earth, com boa resolução de 2007 a 2018, foi possível detectar e mensurar o padrão de ocupação do solo urbano no perímetro do estudo e identificar a quantidade de área desmatada sem autorização legal. Após a geração das cartografias pertinentes ao uso e ocupação da área, foi elaborada uma discussão conceitual acerca do tema, baseado em autores que debatem a questão urbana no Brasil, e com o objetivo de traçar uma análise crítica da forma de ocupação daquela área, e para tal, pretende-se utilizar também como base o plano diretor do município de Santana.

**Palavras-Chave:** Cartografia; Habitação; Sensoriamento remoto; Planejamento

## **II - DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

## 6 - SOJICULTURA NO AMAPÁ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

**Cezar da Costa Santos**

O estudo teve como objetivo identificar e analisar os desafios e oportunidades de natureza socioeconômico proporcionados pela implantação do agronegócio da soja no Estado do Amapá, que na condição de fronteira agrícola, ganhou importância aos olhos de agricultores modernos e empresas hegemônicas, principalmente pelos investimentos logísticos, visto sua posição geograficamente estratégica. A pesquisa foi desenvolvida como um estudo exploratório-descritivo, com uso da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Realizou-se, também, uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a expansão da soja no Brasil, para melhor compreensão das perspectivas abordadas. A produção de soja no Amapá, poderá ser o primeiro passo para o fortalecimento e crescimento da economia, sobretudo, pelo efeito multiplicador ocasionado pelo agronegócio. O interesse dos investidores de soja, pelo Amapá, decorre de fatores que proporcionam maior competitividade, como: a) posição estratégica do Estado em relação ao mercado consumidor externo; b) menor custo de produção, visto a proximidade com o porto de Santana; c) grande disponibilidade de terra a preço baixo, quando comparado a outras regiões do país. A expansão da sojicultura no Amapá só não é maior devido a alguns entraves, como: a) o déficit na estrutura de assistência nas fases pré e pós produção; b) dificuldades para obtenção de licenças e a legalização das terras, o que inviabiliza o acesso ao crédito. A correção de tais deficiências poderá promover um desenvolvimento no agronegócio amapaense, produzindo riqueza e gerando emprego. Pode-se afirmar que o Amapá possui elevado potencial para exploração do agronegócio da soja, uma vez que suas vantagens comparativas se tornaram competitivas, proporcionando um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma agricultura forte e dinâmica.

**Palavras-Chave:** Agronegócio; Fronteira Agrícola; Cadeia Produti

## **7 - A INFLUÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA PISCICULTURA NA CIDADE DE MACAPÁ -AP**

**Déurio Alexander de Freitas  
Ricardo Ângelo Pereira de Lima**

O trabalho traz uma breve apuração histórica conceitual do licenciamento ambiental, instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA concomitantemente com a atividade econômica da piscicultura trazendo o aporte legal positivado de maneira escalonada, buscando fazer uma reflexão de que forma o licenciamento ambiental tem influenciado no desenvolvimento local da atividade da piscicultura, atividade esta que tem emergido como uma alternativa econômica na periferia de Macapá, seja pelo crescimento desordenado habitacional ou para a geração de renda. Assim, para mesurar essa influência foi coletado informações de um levantamento prévio realizado pela Agência de Pesca do Amapá – PESCAP no ano de 2015 que realizou 25 (vinte e cinco) visitas técnicas em campo aplicando um formulário semiestruturado, os dados foram tabulados neste trabalho demonstrando entre outros elementos: as pisciculturas ativas e inativas, as principais espécies em conformidade com a lei, o acesso a políticas públicas como o crédito e assistência institucional, em suma foi possível concluir que apesar do ordenamento pátrio possuir todas as legislações pertinentes ao uso do meio ambiente, em tela a ferramenta do licenciamento ambiental, seja ele feito pela união, estado e municípios ficou clarividente que a problemática não esta na ausência de leis e sim na precária possibilidade ao acesso destas, todavia a atividade da piscicultura no meio urbano tem crescido à margem da legalidade e com limitações técnicas. Não obstante a repartição de competências para licenciar trazidas pela LC <sup>o</sup> 140/2011, não esta sendo suficiente para minimizar o impacto ambiental local como pensado, salientamos que urge a necessidade de uma melhor estruturação técnica dos órgãos licenciadores e uma desburocratização do acesso ao produtor, com respeito a legislação pertinente a temática explanada.

**Palavras-Chave:** Licenciamento ambiental; Competência; Piscicultura; Meio ambiente.

## **8 - ENTORNO DOS NOSSOS QUINTAIS: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL NO NORTE DO AMAPÁ**

**Joely Priscila Souza de Lima  
Avelino Gambim Júnior**

Nos últimos anos, em decorrência do Licenciamento Ambiental na parte Norte do Estado do Amapá, as pesquisas arqueológicas têm possibilitado a chegada da Educação Patrimonial nos ambientes escolares. A partir de projetos de Arqueologia Contratada foram realizadas entre 2018 e 2019 ações de Educação Patrimonial em escolas dos municípios de Amapá e Pracuúba. Esta apresentação tem como objetivo principal refletir sobre a importância da Educação Patrimonial e Ambiental nos projetos de pesquisa arqueológica contratada realizados no Norte do Estado do Amapá. Para isso, definiram-se objetivos específicos como identificar que tipos de patrimônios culturais são mais próximos aos alunos (as) nos ambientes escolares, problematizar as categoriais de patrimônios culturais identificadas e entender a ausência de identificação com o patrimônio arqueológico da região. Como forma de atender os objetivos, foi adotada a metodologia da Educação Patrimonial que destaca a importância da utilização dos critérios como observação, registro, exploração e apropriação por meio de atividades como oficinas desenvolvidas na sala de aula. Ao fazermos a relação entre Educação Patrimonial e Ambiental, foi possível observarmos que representações culturais mais sensíveis emergiram na pesquisa educativa fazendo transparecer de uma forma mais concreta os indicadores de referências culturais locais que levam em conta o entorno dos quintais dos alunos (as).

**Palavras-Chave:** Norte do Amapá; Educação patrimonial e ambiental; Referências culturais locais; Licenciamento ambiental

## **9 - INTERAÇÃO ENTRE OS SERES HUMANOS E O AMBIENTE NATURAL: O CERRADO DO NORTE DO AMAPÁ, A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL**

**Márcio Claudio Lima Nunes  
Jelly Juliane Souza de Lima**

Uma das premissas da História Ambiental é entender que o nosso planeta é uma realidade antiga e diversificada, que já sofreu gigantescas transformações biofísicas ao longo de sua trajetória. As pesquisas contemporâneas têm revelado situações de ruptura, de catástrofe e de mudanças intensas no âmbito dessas relações, tanto na curta quanto na longa duração. A História Ambiental, como ciência social, deve sempre tratar das sociedades humanas, mas também deve reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio, então, seria construir um diálogo aberto e interativo da relação entre sociedade e natureza no passado e presente. Neste intento, a Arqueologia, Antropologia, Geografia e a Biologia podem fornecer a História interessantes observações sobre sistemas sociais e ambientes físicos. Nos últimos anos, em decorrência das diferentes pesquisas realizadas no Estado do Amapá, um melhor conhecimento sobre o cerrado pode ser indicado. Ao pensar neste tipo de bioma, um quadro que destaca as várias histórias de ocupações desde o passado até a atualidade permite situar uma história ambiental e que leva em conta a interação entre seres humanos e o ambiente natural, atestado pela presença de indicadores diversos. Esta apresentação tem como objetivo principal refletir por meio da História Ambiental sobre a importância do cerrado do Norte do Amapá, entre os municípios do Amapá e Ferreira Gomes. Desta forma, objetivos específicos foram delimitados como identificar os patrimônios culturais inseridos neste tipo de bioma e registrar como as pessoas se identificam e se relacionam com esta área. Como metodologia adotada foram realizados levantamentos de informações disponíveis sobre o cerrado do Amapá a partir da consulta de relatórios diversos e de entrevistas exploratórias feitas em projetos de arqueologia contratada realizadas entre 2018 e 2019, nos municípios do Amapá e Pracuúba. Desta forma, constatou-se que a partir da história ambiental é possível escrever uma história de longa duração que leva em conta diferentes representações ambientais e culturais deste bioma.

**Palavras-Chave:** História ambiental; Patrimônio cultural; Cerrado do Norte Estado do Amapá.

## 10 - O COMITÊ DE BACIA DO RIO ARAGUARI: DESAFIOS PARA A GESTÃO HÍDRICA NO AMAPÁ

**Thallys Arimar Lopes Rosa  
Ricardo Ângelo Pereira de Lima**

O território amapaense possui uma das mais amplas e diversas malhas hídrica do Brasil. Atualmente, o estado conta com 39 bacias hidrográficas delimitadas, sendo a do Rio Araguari a mais extensa ( $\cong 45.260 \text{ Km}^2$ ) e uma das mais diversificadas quanto ao uso. A bacia em questão, está localizada na região central do Amapá e abrange dez dos dezesseis municípios do estado. O presente trabalho busca descrever quais as modalidades de uso são realizadas na bacia do Rio Araguari, assim como entender a importância do Comitê de Bacia Hidrográfica no processo de gestão desse recurso. Metodologicamente, se adotou as técnicas de pesquisa bibliográfica/documental. Na bacia, estão presentes diversas atividades que fazem múltiplos usos da água, como conservação, agricultura, silvicultura, mineração, pecuária, pesca, aquicultura, turismo, lazer e aproveitamento hidrelétrico. Existe, ainda, os assentamentos populacionais representados por índios da etnia Waiãpi e não índios oriundos de outros estados brasileiros, que foram atraídos pelas oportunidades de empregos gerados na região. O Brasil tem na Lei Federal 9.433/97 a normativa central quanto a gestão dos recursos hídricos, a partir dela se pôde pensar em alternativas para um gerenciamento descentralizado e mais participativo. O principal instrumento para se alcançar esse objetivo localmente, são os Comitês de Bacia Hidrográfica, descritos como fóruns de decisão política no âmbito da bacia e que contam com a participação de todos os atores, como: prefeituras, governos estaduais, usuários de recursos hídricos e entidades da sociedade civil organizada. Desde o ano de 2012 o Amapá busca efetivar o Comitê na bacia do Rio Araguari, todavia, esbarra em desafios quanto: a logística; a burocracia e grande diversidade de atores envolvidos. Ainda assim o processo, segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, está em fase de conclusão, e até o fim do primeiro semestre de 2020 o comitê estará implementado.

**Palavras-Chave:** Bacia Hidrográfica do Rio Araguari; Comitê de Bacia Hidrográfica; Amapá.

### **III - DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR**

## **11 - O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) COMO INDUTOR DE AUTONOMIA PARA COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO SUL DO AMAPÁ**

**Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário  
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão**

O ciclo da borracha marcou profundamente as relações de trabalho na Amazônia. O aviamento que caracterizou a acumulação de capital das empresas extrativistas se manteve até os dias atuais na figura dos atravessadores. Torna-se complexo romper com esse sistema quando os intermediários fazem parte de uma intrincada dinâmica que envolve relações comerciais e de compadrio, mesmo após a criação de assentamentos e reservas que permitiram o uso comum dos recursos naturais. No sul do Amapá, passados quase setenta anos do auge do extrativismo, ainda prevalecem as relações de dependência que guardam resquícios do aviamento clássico. O artigo tem como objetivo analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como indutor de autonomia para comunidades extrativistas do sul do Amapá. Como metodologia, fez-se uma análise da execução do PAA no Amapá entre 2010 e 2018 e aplicação de questionários em 17 organizações comunitárias, complementadas com entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. Como resultado, infere-se que o PAA contribui para a quebra do ciclo de dependência, a partir das relações comerciais estabelecidas com as organizações comunitárias.

**Palavras-Chave:** Extrativismo; Aviamento; Amapá; PAA.

## **12 - RENDA, COMERCIALIZAÇÃO, MANEJO E FORMAÇÃO DO AÇAIZEIRO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE MACAPÁ-AP, BRASIL**

**Amiraldo Enuns de Lima Picanço  
João da Luz Freitas**

O açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma espécie de ampla distribuição nas regiões de várzeas, é uma das frutas do estuário amazônico mais rica em nutrientes energéticos e minerais, fundamentais no metabolismo do ser humano. A economia do açaí é baseada no extrativismo divulgada como exemplo adequado para o desenvolvimento das regiões ribeirinhas e de várzeas do estado do Amapá. O objetivo deste artigo foi analisar a renda, comercialização e manejo de açaizeiro em comunidades ribeirinhas no arquipélago do Bailique. A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2018, nas comunidades de Jangada, São Pedro do Bailique, Vila Progresso e Arraiol localizadas no arquipélago do Bailique, costa do rio Amazonas município de Macapá, Estado do Amapá. A abordagem metodológica de cunho qualitativo se deu por pesquisa bibliográfica e de campo, com a investigação de 15 produtores que possuem áreas de manejo certificado de açaí, através da aplicação de questionários. Após análise dos dados verificou-se que a produção de frutos de açaí dos produtores pesquisados é atualmente a atividade que gera mais renda para as famílias. Sendo feito a comercialização da maior parte do produto com a cooperativa Amazonbai e menor parte com os atravessadores. Os extrativistas exercem diferentes intervenções (manejo) nas áreas dos açaizais. Verificou-se que 73,3% dos açaizais manejados são de áreas nativas.

**Palavras-Chave:** Manejo de Açaí; Arquipélago do Bailique; Extrativistas.

### **13 - EXTRATIVISMO DA BERTHOLLETIA EXCELSA BONPL. NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: ALTERNATIVA DE EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO**

**Marciléia do Socorro da Rocha Campos Lopes  
Raullyan Borja Lima e Silva**

O extrativismo tem desempenhado papel fundamental na economia da região, onde se encontra uma quantidade expressiva de espécies florestais de grande relevância para a sobrevivência da população local. Dentre elas, destaca-se a *Bertholletia excelsa* Bonpl. (castanheira, castanha do Brasil, castanha do Pará) reconhecida como um dos produtos florestais não madeireiros mais rentáveis para as comunidades tradicionais. A extração do fruto da castanheira exerce intensa influência nos aspectos econômico, social, cultural e ambiental. Todavia, o retorno do trabalho desempenhado por vezes não possibilita melhoria das condições de vida dos trabalhadores, embora contribua para atender necessidades básicas. Dessa forma, teve-se como pergunta norteadora: de que forma a comunidade está organizada para a comercialização da castanha-do-Brasil, de modo a contribuir para a melhoria de vida e enaltecimento dos saberes dos povos da floresta? O estudo teve como objetivo analisar a dinâmica de comercialização da castanha-do-Brasil no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá, município de Mazagão. O percurso metodológico englobou uma abordagem qualitativa, associada a uma observação in loco e entrevistas semiestruturadas, utilizando formulários pré-elaborados. Os resultados apontam que o beneficiamento da castanha-do-Brasil, naquele local, constitui-se como fonte de geração de renda, e tem se apresentado como uma alternativa viável de empreendedorismo, visto que é utilizada também no sistema alimentar, fabricação de biscoitos e doces, porém não proporciona retornos significativos devido à ausência de incentivo às inovações tecnológicas por parte das esferas governamentais, como a falta de infraestrutura para conservação e escoamento do produto, o que acaba limitando esse trabalho ao extrativismo pelo extrativismo, exercido em condições de trabalho precárias.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade; Reserva extrativista; Produtos florestais não madeireiros

## 14 - CADEIA PRODUTIVA DA PISCICULTURA DO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES

**Juliana Barros da Mota**  
**Ricardo Ângelo Pereira de Lima**

A atividade de piscicultura vem ganhando espaço e conseqüentemente, produtores interessados em desenvolver esse tipo de criação no estado do Amapá. Apesar de possuir fatores importantíssimos para a realização do cultivo de peixes, o estado ainda padece com a deficiência na prestação de serviços de assistência técnica, carência de políticas públicas voltadas para o setor. Dessa forma, essa pesquisa objetivou caracterizar a cadeia produtiva da piscicultura do município de Ferreira Gomes. A pesquisa foi realizada no município de Ferreira Gomes e Macapá no período de 01 de janeiro a 20 de agosto de 2017. A metodologia utilizada teve como abordagem a pesquisa quali-quantitativa, onde foram aplicados formulários aos piscicultores, órgãos públicos, produtores de alevinos e as empresas que comercializam ração. Assim, constatou-se que nenhum produtor tem a atividade como principal fonte de renda. Notando-se que 58,8% foram atendidos pela assistência técnica, no entanto, 58,8% não tiveram acesso ao licenciamento ambiental e 88,2% a financiamentos. A maioria dos entrevistados desenvolvem essa atividade a pouco mais de 2 anos, utilizando sistema semi-intensivo (93%), em viveiros escavados (64%), abastecidos através do bombeamento (36%) de água de rios ou igarapés (50%). A espécie com maior frequência foi o tambaqui (86%), comprado dentro do estado, assim como a ração. A produção da maioria dos piscicultores é menor que 2 toneladas (43%), sendo que 50% dos produtores apenas comercializam sua produção, normalmente, no comércio local. Assim, o estudo apontou que a atividade de piscicultura no município de Ferreira Gomes necessita de apoio dos órgãos públicos, inclusive daqueles voltados para a assistência técnica e licenciamento ambiental, haja vista, serem primordiais para aqueles produtores que necessitam de financiamentos para desenvolver sua atividade.

**Palavras-Chave:** Pescado; Piscicultores; Comercialização.

## **IV - CULTURA, SABERES, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

## **15 - A POLÍTICA TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA**

**Franciely de Oliveira Lima e Souza  
Daniel Santiago Chaves Ribeiro**

O presente trabalho fundamentou-se na avaliação da importância das políticas tributárias como instrumento de fomento do desenvolvimento econômico regional. Assim, o objetivo geral do estudo consistiu em analisar a política tributária de concessão de incentivos fiscais da área de livre comércio de Macapá e Santana como instrumento para o desenvolvimento econômico. Os instrumentos metodológicos utilizados para realização do estudo foram a pesquisa bibliográfica e documental com abordagem predominantemente quantitativa na qual se buscou através dos indicadores socioeconômicos e demais dados levantados avaliar os impactos gerados ao desenvolvimento econômico dos municípios de Macapá e Santana a partir da área de exceção tributária. Os resultados apontaram que os incentivos tributários possibilitam ao comércio local, apesar dos custos logísticos, promover preços compatíveis ao consumidor final e em alguns casos até menores que outros estados da federação. Nos primeiros anos da área de livre comércio de Macapá e Santana destacou-se a comercialização de produtos importados. Além disso, foi possível identificar a variação crescente dos indicadores sociais analisados, assim como do crescimento constante das receitas tributárias. No âmbito estadual, ficaram evidentes que os municípios de Macapá e Santana são os principais responsáveis pelo PIB, e o setor terciário possui maior representatividade na arrecadação. Todavia, cabe ressaltar que apesar das obras de infraestruturas financiadas majoritariamente com verbas oriundas de operações incentivadas na ALCMS, essas ações não minimizam a alta dependência dos municípios das transferências constitucionais, o que nos sugere que a política tributária apesar de contribuir para o fomento e competitividade do comércio local, não tem sido suficientemente eficaz na promoção do desenvolvimento econômico dos municípios de Macapá e Santana.

**Palavras-Chave:** Gestão Pública; Economia Fiscal; Área de Exceção Tributária.

## **16 - INDICADORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO AMAPÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CT&I**

**Jacqueline Freitas de Araújo  
Daniel Santiago Chaves Ribeiro**

O trabalho tem como proposta sugerir o aperfeiçoamento dos indicadores de CT&I para o estado do Amapá, no Norte brasileiro, que possam estruturar dados estatísticos do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação. Tendo os indicadores para a área elaborados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações e pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Amapá (Setec) como ponto de partida, busca-se a construção de outros indicadores que possam aperfeiçoar a mensuração de dados e informações no sentido de “capturar” a realidade de CT&I local e subsidiar a tomada de decisões e o planejamento do setor no estado. Para alcançar os objetivos, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, além da compilação de dados do setor de CT&I provenientes das bases de dados do MCTIC e da Setec. Os indicadores propostos, além de aprofundarem o conhecimento e as informações sobre o sistema estadual de CT&I, podem contribuir para a análise do setor com vistas à elaboração de políticas públicas estaduais que, a partir e também com a ciência, a tecnologia e a inovação existente no estado, promovam o avanço da área alinhada com o desenvolvimento econômico e social do Amapá.

**Palavras-Chave:** Indicadores; CT&I; Desenvolvimento socioeconômico; Amapá.

## 17 - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MANIÇOBA NO ESTADO DO AMAPÁ

**Débora Silva de Araújo  
Wardsson Lustrino Borges**

A Maniçoba é um prato de origem indígena produzido com folhas da mandioca, comumente consumido nos estados do Pará e Amapá. Neste estudo objetivou-se mapear a cadeia de produção da Maniçoba no Amapá, identificando os atores envolvidos, os canais de comercialização, bem como inferir a agregação de valor nas diferentes etapas de produção. Foram realizadas entrevistas com produtores e comerciantes da maniçoba (n=36). Os resultados mostraram que a produção tem origem na agricultura familiar. A maioria dos estabelecimentos que comercializam a maniçoba pré-cozida (folha triturada cozida) ou pronta (folha cozida com carne e embutidos) não possui registro do produto, a comercialização é invisível nas bases de dados oficiais. Embora haja a adoção de máquinas para o processamento da folha, a maior parte ainda é processada de modo artesanal. A comercialização é feita pelo produtor, processador, intermediário/atravessadores, supermercados e restaurantes. Identificou-se como locais de venda: feiras, supermercados, restaurantes e quiosques de comidas típicas. Os meses com maior volume comercializado são os de junho, outubro e dezembro. A quantidade de maniçoba pré-cozida comercializada é de 800kg pelo produtor, 600kg pelo atravessador, 1.240kg pelos supermercados. O preço do quilo da maniçoba pré-cozida varia entre R\$ 3,00 a R\$ 5,00 no produtor, R\$ 7,00 a R\$ 17,00 no atravessador, R\$ 12,29 a R\$ 12,75 nos supermercados. A quantidade de maniçoba pronta comercializada pelo produtor/processador e supermercados varia entre 100kg a 200kg. O preço do quilo da maniçoba pronta no processador é R\$ 30,00 a R\$ 32,00, e nos supermercados R\$ 36,90. Entre as dificuldades enfrentadas pelos entrevistados foram mencionados acesso ao mercado, infraestrutura para escoamento, baixa disponibilidade de tecnologias para o incremento de qualidade do projeto e dificuldade para o registro do produto.

**Palavras-Chave:** Canais de comercialização; Maniçoba.

## **18 - OS SABERES INDÍGENAS DOS WAJÃPI DO AMAPARI: REFLEXÕES SOBRE SUAS PRÁTICAS TRADICIONAIS E A SUSTENTABILIDADE**

**Juliana da Costa Castro  
Yurgel Pantoja Caldas**

A aldeia Wajãpi do Amapari, situada na Amazônia Oriental, mais precisamente a noroeste do Estado do Amapá, na cidade de Pedra Branca do Amapari é composta, segundo o plano de gestão socioambiental de 2017, por 90 aldeias, todas localizadas na BR 210. A importância dessa localidade se dá justamente pelos projetos socioambientais implantados nas aldeias em parceria com entidades governamentais, ONGS, visando uma qualidade de vida e prosperidade para os indígenas ali residentes. Nesse sentido, a intenção desse estudo é apresentar, bem como refletir a respeito das práticas tradicionais dos Wajãpi do Amapari que contribuem para um desenvolvimento mais sustentável, mesmo sabendo que a palavra sustentabilidade não é adotada pelos indígenas, dentro do estado do Amapá e de como essas práticas podem contribuir, quiçá serem utilizadas em outros contextos, onde exploração predatória, o desmatamento não sejam realidades tão severas. Assim, nessa revisão de literatura procurar-se-á discutir alguns aspectos importantes do modo de ser dos Wajãpi do Amapari, tal como a relação cosmológica com a natureza e suas práticas de sustentabilidade, a fim de que novos estudos possam ser realizados para a manutenção da cultura Wajãpi, bem como tais práticas de sustentabilidade sejam impulsionadas para realidades próximas/semelhantes a dos indígenas do Amapari.

**Palavras-Chave:** Wajãpi; Sustentabilidade; Amapá.

## 19 - CRÍTICA SOCIOLÓGICA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Vinícius Barriga dos Santos

O presente artigo objetiva analisar e avaliar, a partir de uma perspectiva sociológica, os impactos socioambientais e econômicos facejados pela população de Ferreira Gomes, município do estado do Amapá no norte do Brasil, decorrentes da construção das usinas hidrelétricas F. Gomes, C. Nunes e C. Caldeirão ao longo do rio “Araguari” localizado no supracitado município. Para tanto, o itinerário percorrido perpassará por uma caracterização dos pressupostos históricos que fundamentam o modelo de desenvolvimento vigente na Amazônia, para então demonstrarmos suas consequências empíricas a partir de dados colhidos, via observação participante e análise documental, em Ferreira Gomes. Compreende-se que o escopo teórico aqui adotado insere-se nos esforços em consolidar uma “Sociologia da Amazônia”, cujo objetivo consiste em dar fundamentações críticas e dimensionar a esfera político-ideológica dos fatores antropogênicos nos problemas ambientais. Em suma, o artigo em tela consiste em uma análise crítica do modelo desenvolvimentista imposto à região amazônica, problematizando o paradoxo onde o desmatamento, a perda da biodiversidade, os danos às comunidades, os incomensuráveis danos ambientais etc. seriam legitimados e justificados em nome de um “desenvolvimento”.

**Palavras-Chave:** Sociologia da Amazônia; Desenvolvimento; Impactos Socioambientais.

## 20 - REDES TECNOLÓGICAS AMAPAENSE: CONFIGURAÇÃO DESIGUAL

**Marco Antonio Leal da Silva  
Iuri Cavlac**

Este estudo apresenta a configuração e dispersão da telemática amapaense, a partir da contextualização histórica das redes de telecomunicações no espaço brasileiro, advindas, principalmente, de ações tecnológicas informacionais transformadores que influenciaram todas as nações. Para tanto, optou-se por situar o Estado do Amapá através de um recorte temporal que influenciou a capilaridade deficitária da Internet local. Frisa-se que essas premissas carregam grande influência da geografia e da sócioeconomia, que até os dias atuais, são altamente percebidas através dos altos preços dos serviços de Internet. Além, da baixa disponibilidade dos serviços. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório, uma vez que a discussão sobre este tema está ainda no seu início. Optou-se por formar uma bibliografia de borda, com estudos análogos feitos em outros lugares. Observou ainda, que pelos poucos estudos sobre as redes tecnológicas de informação, fez-se necessário usar técnicas de entrevistas com atores que participaram da construção das redes de telecomunicações e de informação in loco. Na última etapa, através de análise de dados de fontes oficiais e de órgãos de controle governamentais, pode-se constatar o alto grau de atraso tecnológico vivenciado pela sociedade amapaense até nos dias atuais. Não restando dúvidas da importância desta pesquisa. Ressalta-se por derradeiro que os esforços de pesquisas assinalam que as redes tecnológicas que deram base para a capilaridade da Internet local, estão fortemente conectadas a iniciativas externas e dificilmente implementadas no Estado, em decorrência de sua natureza periférica.

**Palavras-Chave:** Telemática; Redes Tecnológicas; Internet; Amapá (Brasil).

## 21 - PROTÓTIPO DE FOSSA SÉPTICA BIODGESTORA SUSTENTÁVEL APLICADA EM RESIDÊNCIA URBANA DE MACAPÁ-AMAPÁ

**André Bacelar Rodrigues**

O desenvolvimento urbano tem pressionado o meio ambiente em suas diversas atividades, em especial ao lançamento de esgoto doméstico não tratado, que consequentemente compromete o ambiente, à saúde da população, à produtividade do indivíduo e à economia. O presente trabalho objetivou a instalação da fossa séptica biodigestora sustentável (FSBS), numa residência urbana localizada no bairro Moradas das Palmeiras, no município de Macapá, para uma família com cinco moradores, assim como avaliar a sua eficácia no tratamento do esgoto doméstico gerado. O sistema foi construído no dia 19 de novembro de 2018 em cinco unidades compostas por pneus de caminhões, utilizando a manta asfáltica como isolante para impedir que haja infiltração do efluente, além de se ter uma unidade para remoção dos gases formados durante a gestão bacteriana e uma etapa para remoção de micro-organismo via radiação ultravioleta. Para análise da eficiência do sistema, realizou-se a caracterização do efluente bruto e do efluente tratado com base nos parâmetros: nitrogênio amoniacal, nitrito, nitrato, ortofosfato, DBO, pH, coliformes totais e escherichia coli. A coleta e análise ocorreram no dia 23 de fevereiro e 08 de março de 2019 na entrada e saída do sistema, a fim de verificar sua eficiência. O efluente produzido apresentou como resultado um caráter alcalino, baixas concentrações de nitrogênio amoniacal, nitrito, nitrato e ortofosfato e altos valores sem variação nos indicadores de agentes patogênicos e DBO. A baixa redução dos micro-organismos está relacionado ao curto período de biodigestão, uma vez que a residência onde foi instalado o sistema contava inicialmente com cinco moradores, número adequado para o sistema dimensionado, passando depois a funcionar com apenas uma pessoa, o que gerou redução na carga contribuinte, comprometendo as taxas de remoções durante o tratamento.

**Palavras-Chave:** Esgotamento sanitário; Desenvolvimento regional; Sustentabilidade urbana; Saúde pública.

## **22 - A POLÍTICA TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA**

**Franciely de Oliveira Lima e Souza  
Daniel Santiago Chaves Ribeiro**

O presente trabalho fundamentou-se na avaliação da importância das políticas tributárias como instrumento de fomento do desenvolvimento econômico regional. Assim, o objetivo geral do estudo consistiu em analisar a política tributária de concessão de incentivos fiscais da área de livre comércio de Macapá e Santana como instrumento para o desenvolvimento econômico. Os instrumentos metodológicos utilizados para realização do estudo foram a pesquisa bibliográfica e documental com abordagem predominantemente quantitativa na qual se buscou através dos indicadores socioeconômicos e demais dados levantados avaliar os impactos gerados ao desenvolvimento econômico dos municípios de Macapá e Santana a partir da área de exceção tributária. Os resultados apontaram que os incentivos tributários possibilitam ao comércio local, apesar dos custos logísticos, promover preços compatíveis ao consumidor final e em alguns casos até menores que outros estados da federação. Nos primeiros anos da área de livre comércio de Macapá e Santana destacou-se a comercialização de produtos importados. Além disso, foi possível identificar a variação crescente dos indicadores sociais analisados, assim como do crescimento constante das receitas tributárias. No âmbito estadual, ficaram evidentes que os municípios de Macapá e Santana são os principais responsáveis pelo PIB, e o setor terciário possui maior representatividade na arrecadação. Todavia, cabe ressaltar que apesar das obras de infraestruturas financiadas majoritariamente com verbas oriundas de operações incentivadas na ALCMS, essas ações não minimizam a alta dependência dos municípios das transferências constitucionais, o que nos sugere que a política tributária apesar de contribuir para o fomento e competitividade do comércio local, não tem sido suficientemente eficaz na promoção do desenvolvimento econômico dos municípios de Macapá e Santana.

**Palavras-Chave: Gestão Pública; Economia Fiscal; Área de Exceção Tributária.**

## **23 - TERRITORIALIDADE: USOS, REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS DE TERRA NO QUILOMBO KULUMBU DO PATUAZINHO, EXTREMO NORTE DO AMAPÁ**

**Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro  
Edineth Alves da Silva**

Os conflitos de terra no Brasil decorrem de práticas iniciadas desde o período colonial e que perduram até os dias atuais. Na atualidade as maiores pressões derivam de empreendimentos de empresas privadas e estatais, além de órgãos governamentais, que acabam por atingir principalmente as minorias da população, como as comunidades quilombolas. Como forma de garantir e minimizar os conflitos em torno do território, as comunidades quilombolas recorrem ao processo de certificação quilombola emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP). No Estado do Amapá, a luta pelos direitos dos afrodescendentes contou com a participação dos movimentos sociais negros e também por meio da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Amapá (CONAQ/AP), que em 2011 registrou cerca de 138 comunidades quilombolas. Este é o caso da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, do município de Oiapoque que recorreu a FCP e recebeu em 2010 a certificação de Comunidade Remanescente de Quilombo. Esta apresentação tem como objetivo principal situar e problematizar, os usos, representações, e conflitos de terra no quilombo Kulumbu do Patuazinho, situado no extremo norte do Estado do Amapá. Como objetivos específicos definiu-se situar a história da formação desta comunidade; realizar levantamento de informações através da pesquisa documental e da técnica da história oral temática; problematizar os conflitos de terra e as alternativas encontradas pela comunidade para minimizar tais situações como a certificação quilombola; e identificar e registrar usos e representações do território por esta comunidade. Como resultado inicial, procuramos a partir de informações bibliográficas, e em decorrência da primeira etapa de pesquisa realizada no quilombo Kulumbu do Patuazinho, fazer o levantamento inicial das informações referentes aos objetivos da presente pesquisa.

**Palavras-Chave:** Conflitos de terra e étnico-racial; Território; Resistência; Quilombo Oiapoque.

## **V - APÊNDICE**

**MESAS TEMÁTICAS:****ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ**

Charles Achcar Chelala - Debatedor

Jodival Maurício Costa - Debatedor

Joselito Santos Abrantes - Debatedor

Luan Patrick dos Santos Silva – Mediador

**EMPREENDIMENTOS TERRITORIAIS E LOGÍSTICOS NA AMAZÔNIA**

Ricardo Angelo Pereira de Lima - Debatedor

Jondison Cardoso Rodrigues - Debatedor

Rosinete Cardoso Ferreira - Debatedor

Thayna Renee Cavalcante da Costa – Mediadora

**O MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA UNIFAP:****PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão – Palestrante

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

Daniel Santiago Chaves Ribeiro - Palestrante

FOTOS DO EVENTO





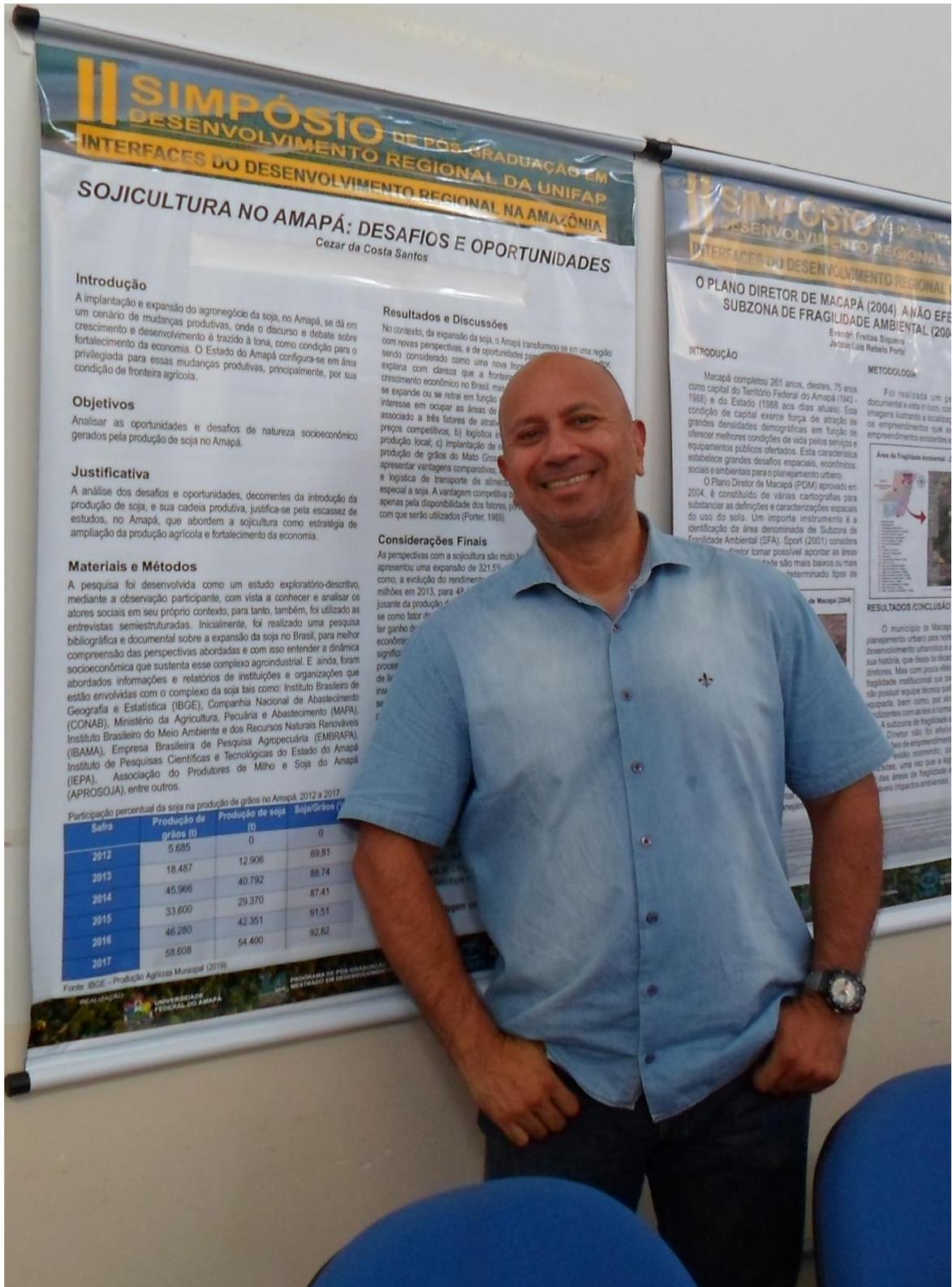














**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**O PLANO DIRETOR DE MACAPÁ (2004): A NÃO EFETIVIDADE DA SUBZONA DE FRAGILIDADE AMBIENTAL (2004 A 2018)**  
 Evandro Freitas Siqueira  
 Jádson Luis Rebelo Porto

**INTRODUÇÃO**

Macapá completou 261 anos, destes, 75 anos como capital do Território Federal do Amapá (1943 - 1988) e do Estado (1988 aos dias atuais). Esta condição de capital exerce força de atração de grandes densidades demográficas em função de oferecer melhores condições de vida pelos serviços e equipamentos públicos ofertados. Esta característica estabelece grandes desafios espaciais, econômicos, sociais e ambientais para o planejamento urbano.

O Plano Diretor de Macapá (PDM) aprovado em 2004, é constituído de várias cartografias para subsidiar as definições e caracterizações espaciais do uso do solo. Um importante instrumento é a identificação da área denominada de Subzona de Fragilidade Ambiental (SFA). Sporn (2001) considera que o plano diretor tornar possível apontar as áreas onde os graus de fragilidade são mais baixos ou mais altos, favorecendo ou não, determinado tipo de empreendimentos.



**METODOLOGIA**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e *in loco*, com elaboração de mapas e imagens ilustrando a localização da área de estudo e os empreendimentos que existem em 2004 e os empreendimentos existentes em 2018.



**RESULTADOS E CONCLUSÃO**

O município de Macapá não é capaz de planejar o desenvolvimento urbano e ambiental de acordo com sua história, que desde da década de 1940, tem sido planejado por diretores. Mas com poucos recursos financeiros, a fragilidade institucional não possui equipe técnica especializada, bem como condições econômicas favoráveis.

A subzona de fragilidade ambiental do Plano Diretor de Macapá (2004) não foi construída e ainda está em fase de realização dos estudos e uso das informações disponíveis.

**OBJETIVO**

Analisar os empreendimentos realizados na subzona de fragilidade ambiental definida no PDM de 2004 e suas implicações ao planejamento urbano.

**Referências**

- SPORN, R. (2001) O planejamento urbano e a fragilidade ambiental. In: Anais do Simpósio de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, 2004.

**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**INDICADORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO AMAPÁ**  
 Contribuições para o desenvolvimento do sistema estadual  
 Angélica Freitas de Alencar  
 Orientador: Prof. Dr. Daniel Santiago Alves Ribeiro  
 Universidade Federal do Amapá - UFAP

**Introdução**  
 O trabalho tem como propósito apresentar o aperfeiçoamento dos indicadores de ciência, tecnologia e inovação (CTI) para o estado do Amapá que possam estruturar dados do sistema estadual de CTI e aperfeiçoar a mensuração de dados e informações no âmbito de "captar" a realidade de CTI local e estudar o tempo de reação e o planejamento do setor in-estado.

**Objetivo Geral:** Apoiar o aperfeiçoamento dos indicadores de CTI para o estado do Amapá.

**Objetivos Específicos:**  
 - Entender como a construção de indicadores, em especial os relativos ao setor de CTI, contribuem para a análise do desenvolvimento socioeconômico;  
 - Avaliar a realidade de CTI no Amapá;

**Métodos metodológicos:**  
 Para os objetivos e embasar a produção do trabalho foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e a análise de compilação de dados do setor de CTI do Amapá, a partir das bases de dados do MCTIC e do Sistema de Indicadores e Tecnologias do Amapá (SITeA).

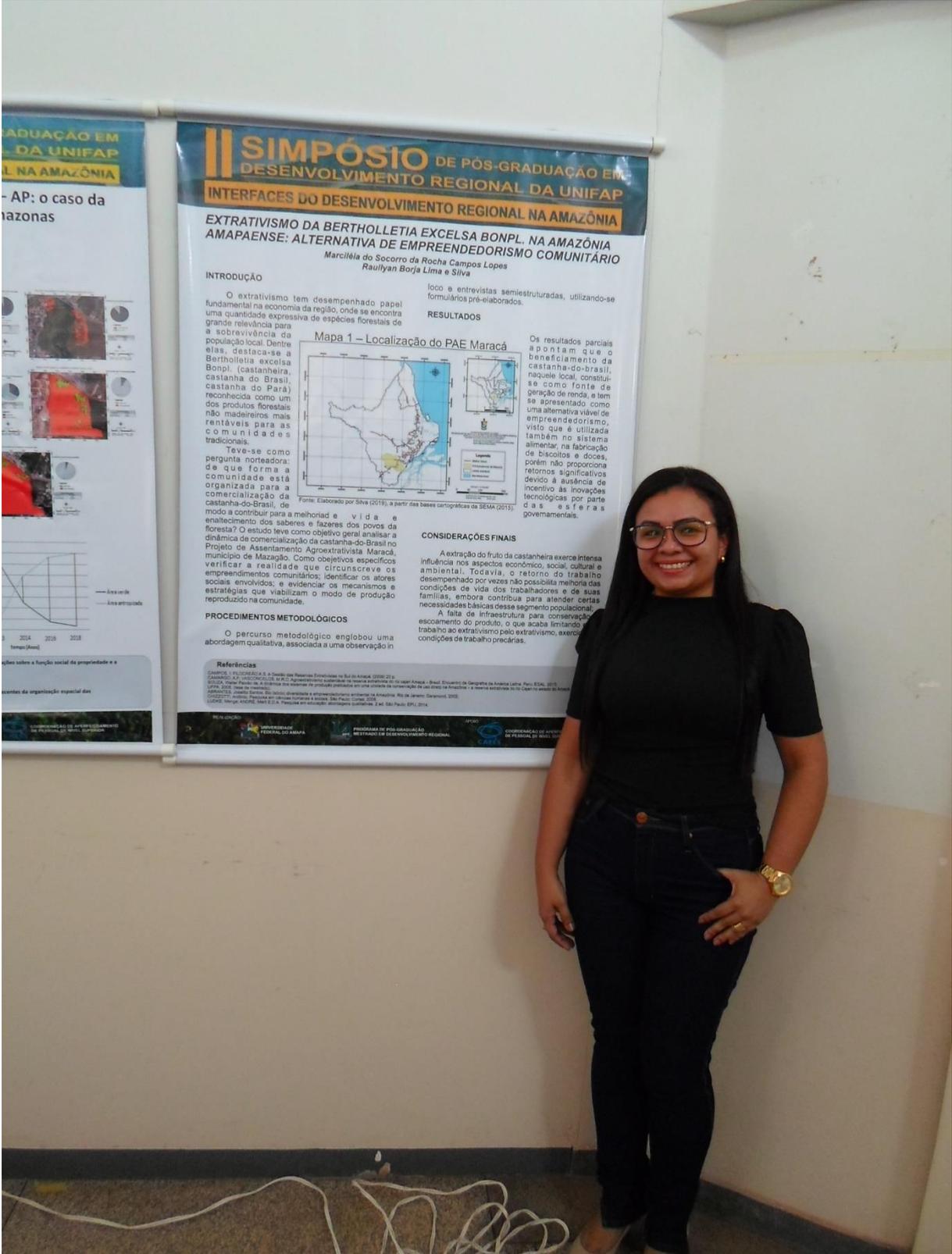
**Quadro 1 - Indicações de CTI de Setor**

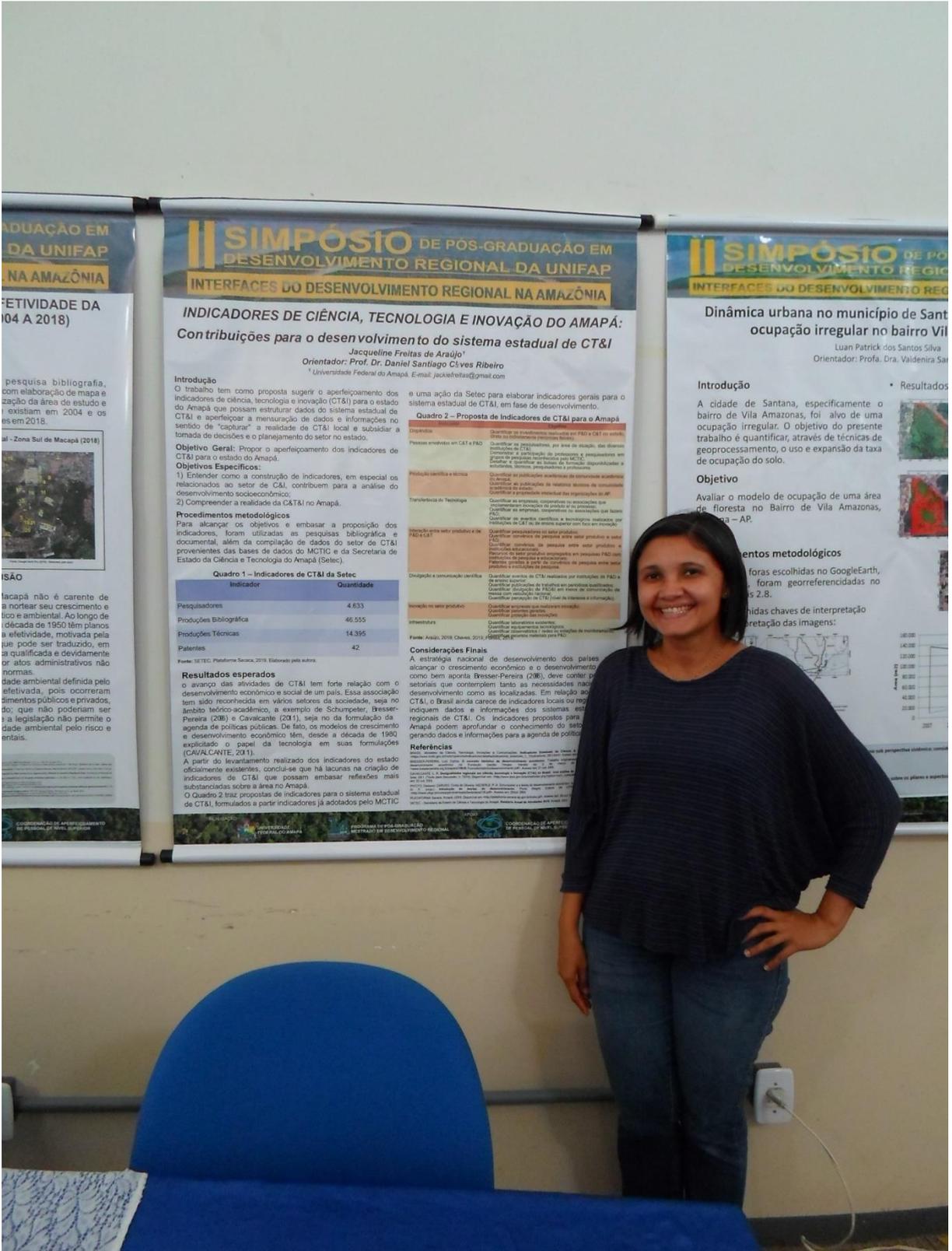
| Indicador               | Quantidade |
|-------------------------|------------|
| Patentes                | 4.022      |
| Artigos científicos     | 48.003     |
| Publicações científicas | 4.288      |
| Outros                  | 42         |

**Considerações Finais**  
 A estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico exige a construção de um sistema de indicadores de ciência, tecnologia e inovação que contemplem dados de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como informações sobre o sistema de inovação do país. O sistema de indicadores de CTI do Amapá será capaz de subsidiar o planejamento e a gestão pública, bem como a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas.

**Referências**

- BRASIL. (2013) Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Brasília: MCTIC.





**II SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**INDICADORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO AMAPÁ:**  
**Contribuições para o desenvolvimento do sistema estadual de CT&I**

Jacqueline Freitas de Araújo<sup>1</sup>  
 Orientador: Prof. Dr. Daniel Santiago Csves Ribeiro  
<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá, E-mail: jacquelfreitas@gmail.com

Introdução  
 O trabalho tem como proposta sugerir o aperfeiçoamento dos indicadores de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para o estado do Amapá que possam estruturar dados do sistema estadual de CT&I e aperfeiçoar a mensuração de dados e informações no sentido de "capturar" a realidade de CT&I local e subsidiar a tomada de decisões e o planejamento do setor no estado.

**Objetivo Geral:** Propor o aperfeiçoamento dos indicadores de CT&I para o estado do Amapá.  
**Objetivos Específicos:**  
 1) Entender como a construção de indicadores, em especial os relacionados ao setor de CT&I, contribuem para a análise do desenvolvimento socioeconômico;  
 2) Compreender a realidade da CT&I no Amapá.

**Procedimentos metodológicos**  
 Para alcançar os objetivos e embasar a proposição dos indicadores, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, além da compilação de dados do setor de CT&I provenientes das bases de dados do MCTIC e da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Amapá (Setec).

**Quadro 1 – Indicadores de CT&I da Setec**

| Indicador                | Quantidade |
|--------------------------|------------|
| Pesquisadores            | 4.633      |
| Produções Bibliográficas | 46.555     |
| Produções Técnicas       | 14.395     |
| Patentes                 | 42         |

**Resultados esperados**  
 O avanço das atividades de CT&I tem forte relação com o desenvolvimento econômico e social de um país. Essa associação tem sido reconhecida em vários setores da sociedade, seja no âmbito teórico-acadêmico, a exemplo de Schumpeter, Bresser-Pereira (2008) e Cavalcante (2011), seja no da formulação da agenda de políticas públicas. De fato, os modelos de crescimento e desenvolvimento econômico têm, desde a década de 1950, explicitado o papel da tecnologia em suas formulações (CAVALCANTE, 2011).  
 A partir do levantamento realizado dos indicadores do estado oficialmente existentes, conclui-se que há lacunas na criação de indicadores de CT&I que possam embasar reflexões mais substanciais sobre a área no Amapá.  
 O Quadro 2 traz propostas de indicadores para o sistema estadual de CT&I, formulados a partir indicadores já adotados pelo MCTIC

**Quadro 2 – Proposta de Indicadores de CT&I para o Amapá**

| Descrição                                | Objetivo   |
|--|--|
| Processos envolvidos em CAT e P&D        | Quantificar os investimentos realizados em P&D e CAT em setores estratégicos e setores tradicionais.       |
| Produção científica e técnica            | Quantificar as publicações científicas de natureza acadêmica e tecnológica em periódicos de acesso aberto. |
| Transferência de Tecnologia              | Quantificar as patentes registradas em nome de instituições de ensino superior do Amapá.                   |
| Inovação em setor produtivo de P&D e CAT | Quantificar as inovações tecnológicas em setores estratégicos e tradicionais.                              |
| Difusão e comunicação científica         | Quantificar eventos de CT&I realizados por instituições de P&D e de ensino superior.                       |
| Inovação no setor produtivo              | Quantificar as inovações tecnológicas em setores estratégicos e tradicionais.                              |
| Investimentos                            | Quantificar os investimentos em P&D e CAT em setores estratégicos e tradicionais.                          |

**Considerações Finais**  
 A estratégia nacional de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, como bem aponta Bresser-Pereira (2008), deve contemplar políticas setoriais que contemplem tanto as necessidades locais de desenvolvimento quanto as localizadas. Em relação ao CT&I, o Brasil ainda carece de indicadores locais que possam embasar reflexões mais substanciais sobre a área no Amapá. Os indicadores propostos para o Amapá podem aprofundar o conhecimento do setor gerando dados e informações para a agenda de políticas públicas.

**Referências**  
 BRESSER-PEREIRA, R. (2008). A estratégia nacional de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. In: Bresser-Pereira, R. (org.). Desenvolvimento econômico e social: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, p. 1-10.  
 CAVALCANTE, J. (2011). O papel da tecnologia no desenvolvimento econômico. In: Cavalcante, J. (org.). Tecnologia e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: FGV, p. 1-10.

**II SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**Dinâmica urbana no município de Santana: ocupação irregular no bairro Vila Amazonas**

Luan Patrick dos Santos Silva  
 Orientador: Profa. Dra. Valdenira Saraiva

Introdução  
 A cidade de Santana, especificamente o bairro de Vila Amazonas, foi alvo de uma ocupação irregular. O objetivo do presente trabalho é quantificar, através de técnicas de geoprocessamento, o uso e expansão da taxa de ocupação do solo.

**Objetivo**  
 Avaliar o modelo de ocupação de uma área de floresta no Bairro de Vila Amazonas, Santana – AP.

**Procedimentos metodológicos**  
 As imagens foram escolhidas no GoogleEarth, foram georreferenciadas no ArcGIS 2.8. As principais chaves de interpretação das imagens:



**II SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

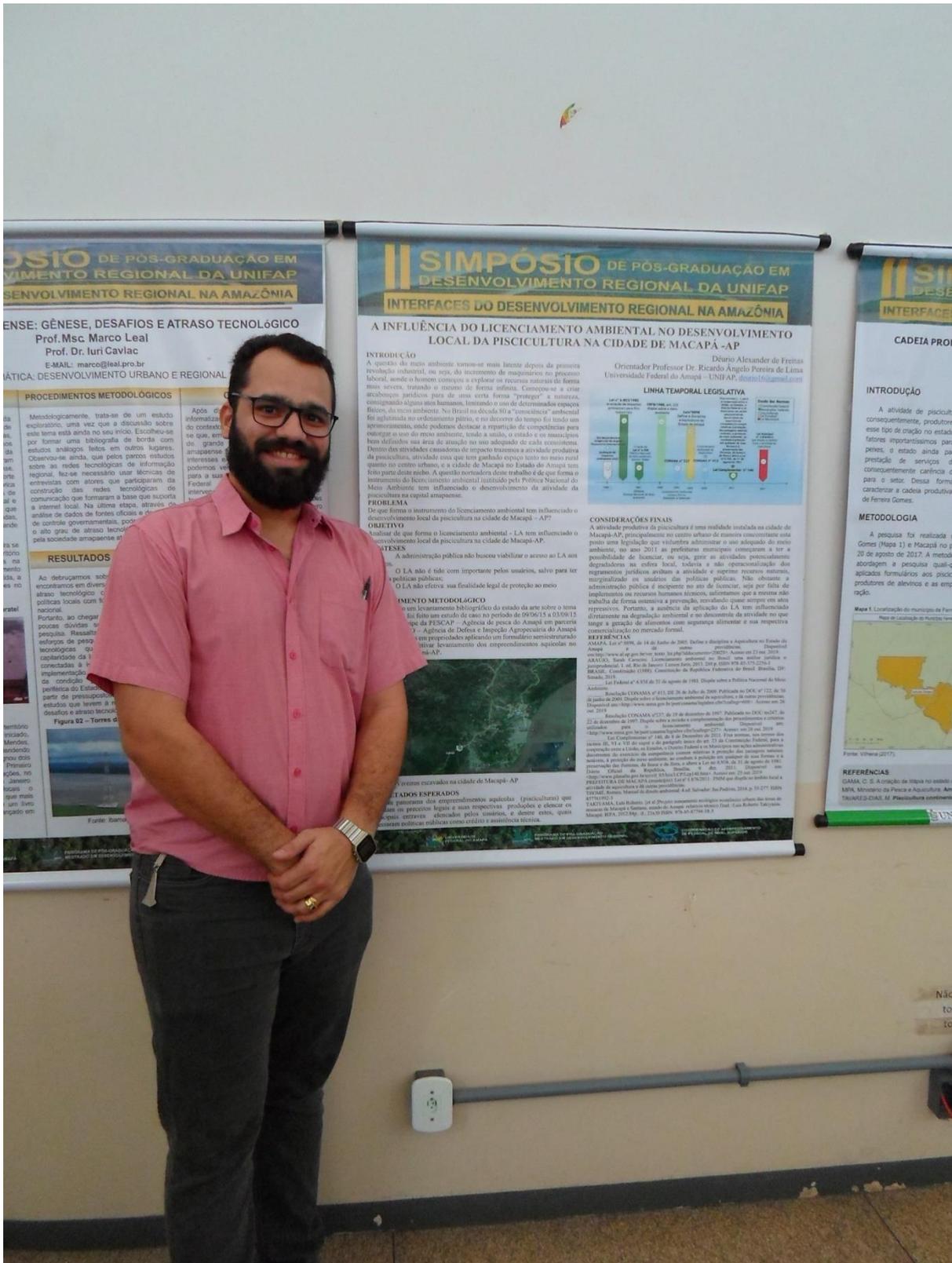
**ATIVIDADE DA PESQUISA**

pesquisa bibliográfica, com elaboração de mapa e análise da área de estudo e resultados em 2004 e os resultados em 2018.



**CONSIDERAÇÕES**

Macapá não é carente de infraestrutura, pois ocorreu um crescimento econômico e ambiental. Ao longo da década de 1950 têm planos de infraestrutura, motivada pela necessidade de ser traduzido, em termos de infraestrutura, em termos de infraestrutura. A infraestrutura ambiental definida pelo plano diretor, pois ocorreram investimentos públicos e privados, que não poderiam ser realizados sem a legislação que permite o desenvolvimento ambiental pelo risco e benefícios.



# SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP

## INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

### A INFLUÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA PISCICULTURA NA CIDADE DE MACAPÁ-AP

Introdução  
A questão do meio ambiente tornou-se mais latente depois da primeira revolução industrial, ou seja, do incremento de maquinário no processo laboral, sendo o homem obrigado a cultivar os recursos naturais de forma mais severa, tratando o mesmo de forma artificial. Concorreu-se a criar arcosbentos jurídicos para de uma certa forma "proteger" a natureza, consignando alguns atos humanos, limitando o uso de determinados espaços.



**PROBLEMA**  
De que forma o instrumento do licenciamento ambiental tem influenciado o desenvolvimento local da piscicultura na cidade de Macapá-AP?

**OBJETIVO**  
Analisar de que forma o licenciamento ambiental - LA tem influenciado o desenvolvimento local da piscicultura na cidade de Macapá-AP.

**MÉTODOS**  
A administração pública não busca viabilizar o acesso ao LA aos produtores locais. O LA não é tão importante pelos usuários, salvo para ter acesso ao produto.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**  
A atividade produtiva da piscicultura é uma realidade instalada na cidade de Macapá-AP, principalmente no centro urbano de maneira consistente, sendo que a legislação que viabiliza a atividade é uma legislação de meio ambiente, no ano 2011 as prefeituras municipais começaram a ter a possibilidade de licenciar, ou seja, gerir as atividades potencialmente degradadoras no meio local, todavia, a não operacionalização dos regulamentos jurídicos inviabiliza a atividade e suprime recursos naturais, marginalizando os usuários das políticas públicas. Não obstante, a administração pública é incipiente no ato de licenciar, seja por falta de implementação ou recursos humanos técnicos, instrumentos que a mesma não possui de forma preventiva e punitiva, resultando quase sempre em atos repressivos. Portanto, a ausência da aplicação do LA tem influenciado diretamente na degradação ambiental e no desconhecimento da atividade no que tange a geração de alimentos com segurança alimentar e sua respectiva comercialização no mercado formal.

**RESULTADOS**  
Ao debruçarmos sobre encontramos em diversos artigos, tecnológicos e de políticas locais, porém, não encontramos em nenhum deles, uma abordagem que contemple a realidade local de Macapá-AP. Portanto, ao chegar aos procedimentos metodológicos de pesquisa, percebemos a importância de pesquisar a realidade local de Macapá-AP, a fim de compreender a realidade local de Macapá-AP, a fim de compreender a realidade local de Macapá-AP.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**  
A atividade produtiva da piscicultura é uma realidade instalada na cidade de Macapá-AP, principalmente no centro urbano de maneira consistente, sendo que a legislação que viabiliza a atividade é uma legislação de meio ambiente, no ano 2011 as prefeituras municipais começaram a ter a possibilidade de licenciar, ou seja, gerir as atividades potencialmente degradadoras no meio local, todavia, a não operacionalização dos regulamentos jurídicos inviabiliza a atividade e suprime recursos naturais, marginalizando os usuários das políticas públicas. Não obstante, a administração pública é incipiente no ato de licenciar, seja por falta de implementação ou recursos humanos técnicos, instrumentos que a mesma não possui de forma preventiva e punitiva, resultando quase sempre em atos repressivos. Portanto, a ausência da aplicação do LA tem influenciado diretamente na degradação ambiental e no desconhecimento da atividade no que tange a geração de alimentos com segurança alimentar e sua respectiva comercialização no mercado formal.

### CADEIA PRODUTIVA

**INTRODUÇÃO**  
A atividade de piscicultura, consequentemente, produtores locais, é uma realidade instalada no estado de Amapá, todavia, a não operacionalização dos regulamentos jurídicos inviabiliza a atividade e suprime recursos naturais, marginalizando os usuários das políticas públicas. Não obstante, a administração pública é incipiente no ato de licenciar, seja por falta de implementação ou recursos humanos técnicos, instrumentos que a mesma não possui de forma preventiva e punitiva, resultando quase sempre em atos repressivos. Portanto, a ausência da aplicação do LA tem influenciado diretamente na degradação ambiental e no desconhecimento da atividade no que tange a geração de alimentos com segurança alimentar e sua respectiva comercialização no mercado formal.

**METODOLOGIA**  
A pesquisa foi realizada no município de Macapá-AP, no período de 2017 a 2018. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com produtores locais e técnicos da administração pública.

**REFERÊNCIAS**  
BRASIL. Lei nº 289, de 14 de junho de 1967. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16/06/1967.

### OSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP

#### DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

**TEMA: GÊNESE, DESAFIOS E ATRASO TECNOLÓGICO**

Prof. Msc. Marco Leal  
Prof. Dr. Iuri Cavlic

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**  
Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório, uma vez que a discussão sobre esta temática ainda não tem sido discutida por formar uma tabulação de dados com estudos similares feitos em outros lugares. Observou-se ainda, que pelos poucos estudos sobre as redes tecnológicas de informação regional, não se necessariamente usar técnicas de entrevistas com atores que participaram da construção das redes tecnológicas de informação local. Na última etapa, através de análises de dados de fontes oficiais e de dados de controle governamental, poderemos avaliar o nível grau de atraso tecnológico para a sociedade amapaense.

**RESULTADOS**  
Ao debruçarmos sobre encontramos em diversos artigos, tecnológicos e de políticas locais, porém, não encontramos em nenhum deles, uma abordagem que contemple a realidade local de Macapá-AP. Portanto, ao chegar aos procedimentos metodológicos de pesquisa, percebemos a importância de pesquisar a realidade local de Macapá-AP, a fim de compreender a realidade local de Macapá-AP, a fim de compreender a realidade local de Macapá-AP.

### OSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP

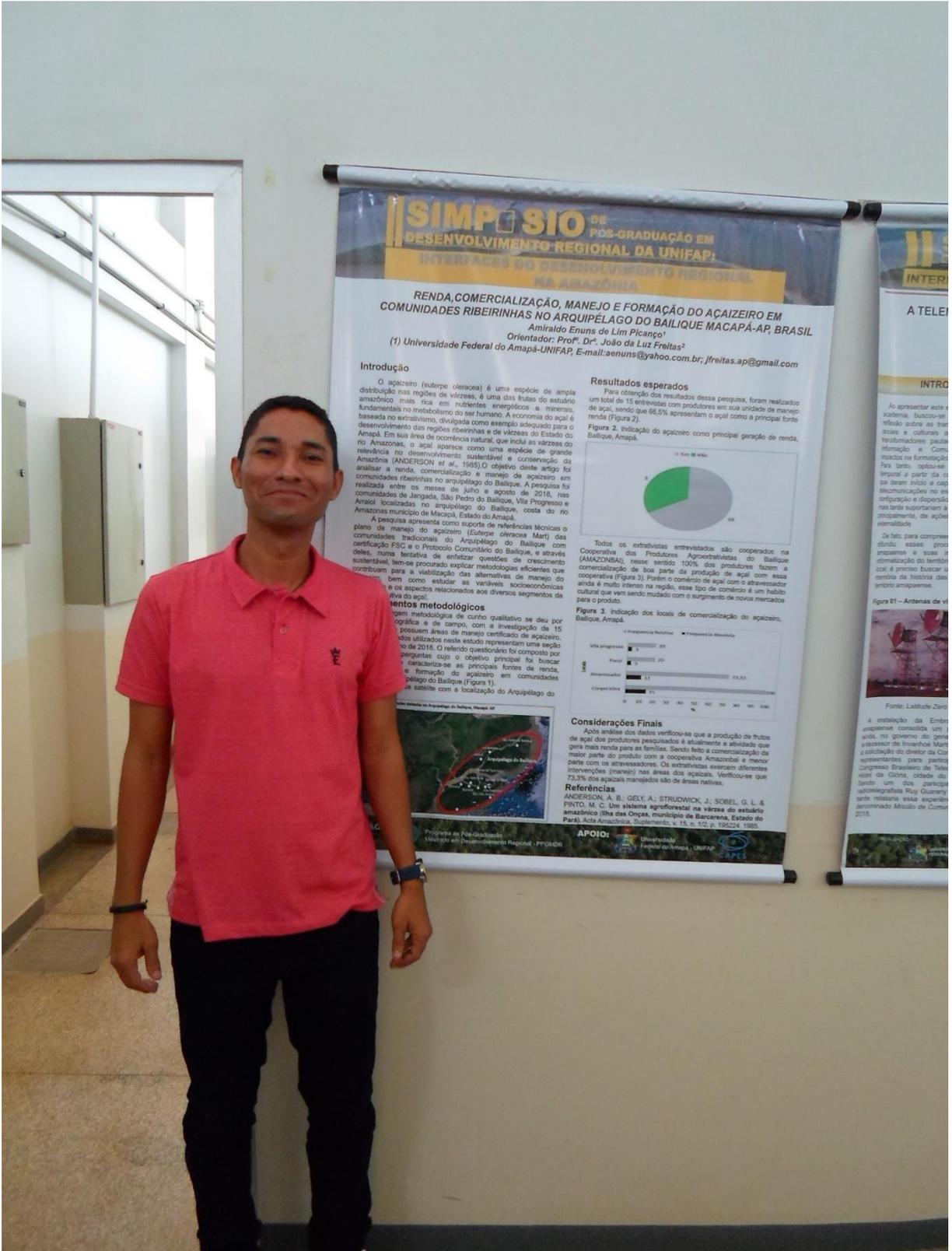
#### DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

**TEMA: GÊNESE, DESAFIOS E ATRASO TECNOLÓGICO**

Prof. Msc. Marco Leal  
Prof. Dr. Iuri Cavlic

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**  
Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório, uma vez que a discussão sobre esta temática ainda não tem sido discutida por formar uma tabulação de dados com estudos similares feitos em outros lugares. Observou-se ainda, que pelos poucos estudos sobre as redes tecnológicas de informação regional, não se necessariamente usar técnicas de entrevistas com atores que participaram da construção das redes tecnológicas de informação local. Na última etapa, através de análises de dados de fontes oficiais e de dados de controle governamental, poderemos avaliar o nível grau de atraso tecnológico para a sociedade amapaense.

**RESULTADOS**  
Ao debruçarmos sobre encontramos em diversos artigos, tecnológicos e de políticas locais, porém, não encontramos em nenhum deles, uma abordagem que contemple a realidade local de Macapá-AP. Portanto, ao chegar aos procedimentos metodológicos de pesquisa, percebemos a importância de pesquisar a realidade local de Macapá-AP, a fim de compreender a realidade local de Macapá-AP, a fim de compreender a realidade local de Macapá-AP.





**II SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**SABERES INDÍGENAS MAJÁPI: REFLEXÃO SOBRE SUAS PRÁTICAS TRADICIONAIS E A SUSTENTABILIDADE**  
 Profa. Esp. Juliana da Costa Castro  
 Orientador: Prof. Dr. Yurjel Pantoja Caldas

**INTRODUÇÃO**

A aldeia Majápi, no Amapá, situada na Amazônia Oriental, mas dentro do Estado do Amapá, na região do Alto Solimões, foi criada em 2017, por 80 aldeões oriundos de diversas localidades da região. A importância dessa localidade reside no desenvolvimento sustentável com ênfase na qualidade de vida e no bem-estar dos residentes. Nesse sentido, apresentamos, bem como objetivos da pesquisa, o desenvolvimento mais sustentável no Estado do Amapá e de suas localidades, que serão explorados, discutidos e avaliados. Assim, o objetivo da pesquisa é discutir alguns aspectos da cultura e da vida com a natureza e a sustentabilidade para

**RESULTADOS ESPERADOS**

| Área de Atuação          | Objetivos   |
|--------------------------|---|
| Produção de conhecimento | • Produzir conhecimento científico sobre as práticas tradicionais dos aldeões Majápi e sua importância para a sustentabilidade da comunidade. |
| Divulgação e comunicação | • Realizar ações de divulgação científica e comunicação social para a população em geral e para a comunidade local.                           |
| Impacto social           | • Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos residentes da comunidade.  |

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fluxo migratório e de exploração predatória frequentes prejudicam o ordenamento e o andamento da naturalidade dos recursos disponíveis. Não se pode permitir o uso indiscriminado dos recursos, por aqueles que visam como fonte motriz à produção, lucro e a ideia equivocada de Amazônia como detentora de recursos infinitos. Com isso, o que mais chamou atenção no trabalho da aldeia Majápi foi justamente a responsabilidade com que eles tratam o "território" e sua organização sociopolítica dentro da terra indígena, isto é, o povo Majápi, em parceria com Igaré, Funai, Igaré, Uheico, conseguiram escrever o seu próprio manual, o qual, além de ser um documento riquíssimo histórico dos Majápi do Amapá, o leitor ainda é apresentado com as particularidades linguísticas desse povo. Por isso, nos pareceres, os resultados que de todas as aldeias presentes no estado do Amapá, os Majápi do Amapá, se destacaram por suas lutas e divulgação de mensagens sobre sua cultura fora das aldeias.

**DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**de Maniçoba no Estado do Amapá**  
 Profa. Esp. Juliana da Costa Castro  
 Orientador: Prof. Dr. Yurjel Pantoja Caldas

estabelecimento que comercializa a maniçoba pré-cozida (folha trincada cozida) ou pronta (folha cozida com carne e embutidos) não possui registro do produto, a comercialização é realizada na base de cotação oficial. Embora haja a adoção de máquinas para o processamento da folha, a maior parte ainda é processada de modo artesanal.

A comercialização é feita pelo produtor, processador, intermediário (distribuidor), supermercado e restaurantes, identificados como locais de venda formal, supermercados, restaurantes e quiosques de comida rápida. Os meios de maior volume comercializado são os de venda direta e varejo.

A quantidade de maniçoba pré-cozida comercializada em 2019 pelo produtor (R\$100) para processamento (R\$240) superavitosa. O preço do quilo da maniçoba pré-cozida varia entre R\$ 1,00 a R\$ 1,20 no produtor, R\$ 1,20 a R\$ 1,50 no intermediário, R\$ 1,20 a R\$ 1,50 nos supermercados e R\$ 1,50 a R\$ 2,00 nos restaurantes e supermercados. Isso indica que a quantidade de maniçoba pré-cozida comercializada é superior à quantidade produzida, o que indica que há uma demanda por esse produto no estado do Amapá.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entre as dificuldades enfrentadas pelos produtores, destacamos a falta de acesso ao mercado, infraestrutura inadequada, baixa disponibilidade de insumos, aumento de qualidade do produto e dificuldade de registro do produto.

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá  
 Rua: Manoel Embrapa Amapá, 2116

Evento organizado pelo Conselho de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, 2017  
 Pg. 71-86 2016.



# SIMPOSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP

## INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

### Produção e comercialização de Maniçoba no Estado do Amapá

Débora Silva de Araújo (PPGMDR/UNIFAP)  
Orientador: Dr. Wardsson Lustrino Borges (Embrapa Amapá)

#### INTRODUÇÃO



**Maniçoba – Alimento tradicional da Região Norte**  
Prato de origem indígena  
Produzido com folhas da mandioca, comumente consumido nos estados do Pará e Amapá.  
Folhas processadas de mandioca (brava, mansa e maniçobeira).

A problemática desta pesquisa pauta-se nos seguintes questionamentos: Como está estruturada a cadeia de produção de Maniçoba no estado do Amapá? Quais são os canais de comercialização e agentes envolvidos? Neste estudo objetivou-se mapear a cadeia de produção da Maniçoba no Amapá, identificando os atores envolvidos, os canais de comercialização, bem como inferir a agregação de valor nas diferentes etapas de produção.

#### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram realizadas entrevistas com produtores e comerciantes de maniçoba (n=36). Esta etapa contou com apoio de um roteiro (restruturado e semiestruturado) contendo questões relativas à origem do produto, quantidade produzida, quantidade comercializada, preço de venda, e logística de distribuição.

#### RESULTADOS



#### Referências

CASTRO, A. M. G. Análise diagnóstica de cadeias produtivas. In: HOFER, L. H. A. Cadeias produtivas de alimentos. Curitiba (PR): Editora Pontes, 2007.  
MARINI, J. A. Amapá: produção local de mandioca no Estado do Amapá. Macapá: Embrapa Amapá, 2016.

estabelecimentos que comercializam a maniçoba pré-cozida (folha triturada cozida) ou pronta (folha cozida com carne e embutidos) não possui registro do produto, a comercialização é invisível nas bases de dados oficiais. Embora haja a adoção de máquinas para o processamento da folha, a maior parte ainda é processada de modo artesanal.



A comercialização é feita pelo produtor, processador (intermediário) atacadistas, supermercados e restaurantes. Identificou-se como locais de venda: feiras, supermercados, restaurantes e quiosques de comida típica. Os meses com maior volume comercializado são os de junho, outubro e dezembro.



A quantidade de maniçoba pré-cozida comercializada é de 800kg pelo produtor, 800kg pelo atacadista, 1.240kg pelos supermercados. O preço do quilo da maniçoba pré-cozida varia entre R\$ 3,00 a R\$ 5,00 no produtor, R\$ 7,00 a R\$ 17,00 no atacadista, R\$ 12,29 a R\$ 12,75 nos supermercados. A quantidade de maniçoba pronta comercializada pelo produtor/processador é supermatizada varia entre 100kg a 200kg. O preço do quilo da maniçoba pronta no processador é R\$ 30,00 a R\$ 32,00, e nos supermercados R\$ 26,90.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as dificuldades enfrentadas pelos entrevistados encontra-se o acesso ao mercado, infraestrutura para o escoamento, baixa disponibilidade de tecnologias para o incremento de qualidade do produto e dificuldade para o registro do produto.

# SIMPOSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP

## INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

### SABERES INDÍGENAS NA JARÁ: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

Profa. Dra. Débora Silva de Araújo

#### INTRODUÇÃO

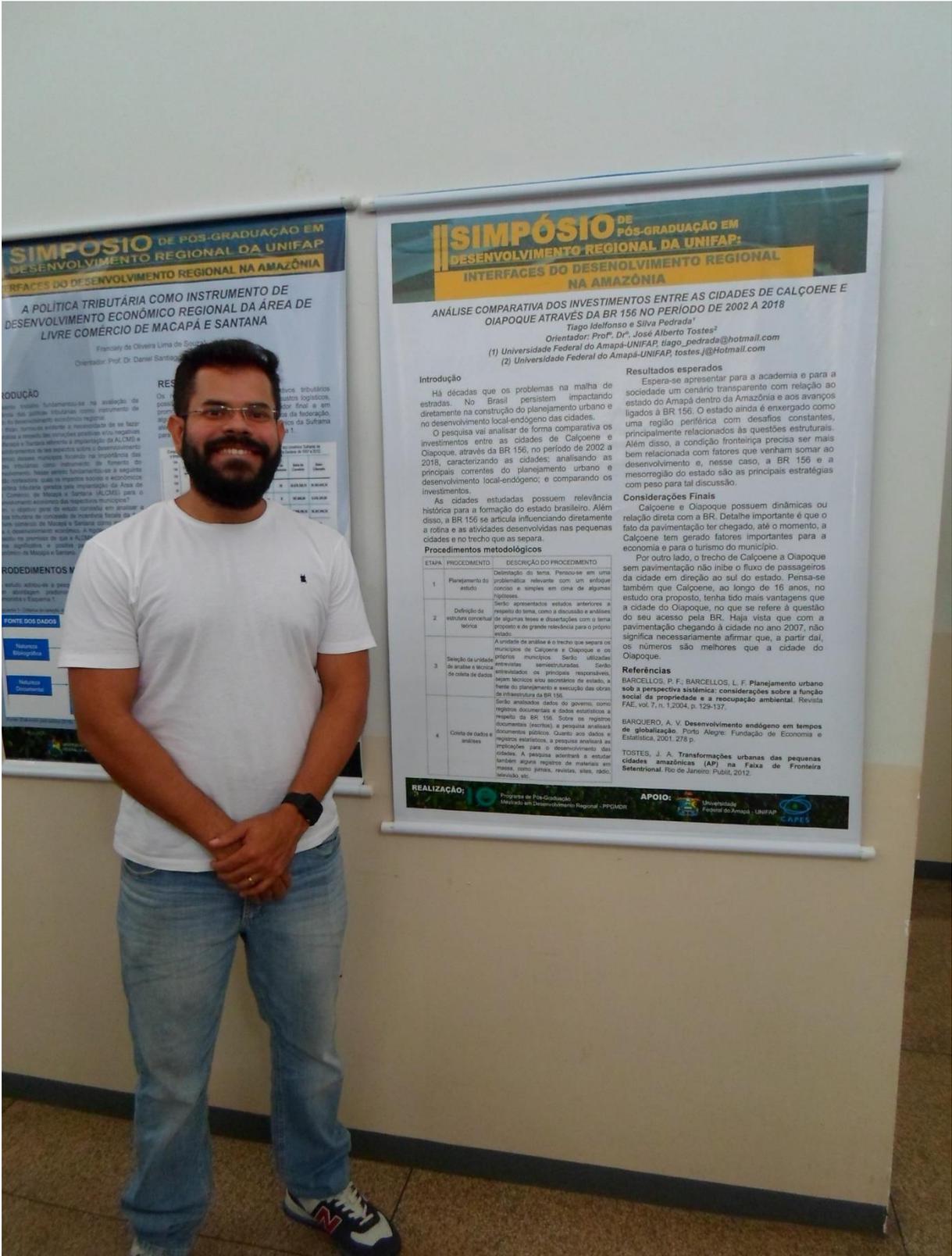
A etnia Wajãpi do Amapá situa-se na Amazônia brasileira e representa o Estado do Amapá. O Estado do Amapá possui uma população de cerca de 600 mil habitantes, sendo que a maioria é indígena. O presente trabalho tem como objetivo analisar o conhecimento tradicional dos Wajãpi sobre a produção e comercialização de alimentos típicos, com ênfase na maniçoba, visando contribuir para a valorização e preservação dos saberes tradicionais e a melhoria da qualidade de vida da população indígena. Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a cultura alimentar dos Wajãpi e sua relação com o território.

#### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado através de entrevistas em profundidade com produtores e comerciantes de maniçoba. Foram realizadas entrevistas com produtores e comerciantes de maniçoba em Macapá, Amapá. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, visando identificar os saberes tradicionais e as perspectivas de melhoria da cadeia produtiva.

#### Referências

ARAÚJO, D. S. A. Saberes tradicionais e perspectivas de melhoria da cadeia produtiva de alimentos típicos em Macapá, Amapá. 2016.



**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**A POLÍTICA TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA**

Francisley de Oliveira Lima de Souza  
 Orientador: Prof. Dr. Daniel Sant'Anna

**RESUMO**  
 Os municípios de Macapá e Santana possuem estruturas tributárias distintas, o que pode ser fator limitante para o desenvolvimento econômico regional. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância das políticas tributárias como instrumento de fomento do desenvolvimento econômico, visando fundamentar a adoção de medidas que possam promover o crescimento econômico das regiões fronteiriças de Macapá e Santana.

**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS INVESTIMENTOS ENTRE AS CIDADES DE CALÇOENE E OIAPÓQUE ATRAVÉS DA BR 156 NO PERÍODO DE 2002 A 2018**  
 Tiago Ideelfonso e Silva Pedrada  
 Orientador: Prof. Dr. José Alberto Tostes

(1) Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, tiago\_pedrada@hotmail.com  
 (2) Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, tostes.j@ufam.edu.br

**Introdução**  
 Há décadas que os problemas na malha de estradas. No Brasil persistem impactando diretamente na construção do planejamento urbano e no desenvolvimento local-êngeno das cidades.

**Resultados esperados**  
 Espera-se apresentar para a academia e para a sociedade um cenário transparente com relação ao estado do Amapá dentro da Amazônia e aos avanços ligados a BR 156. O estado ainda é enxergado como uma região periférica com desafios constantes, principalmente relacionados às questões estruturais. Além disso, a condição fronteiriça precisa ser mais bem relacionada com fatores que venham somar ao desenvolvimento e, neste caso, a BR 156 e a mesorregião do estado são as principais estratégias com peso para tal discussão.

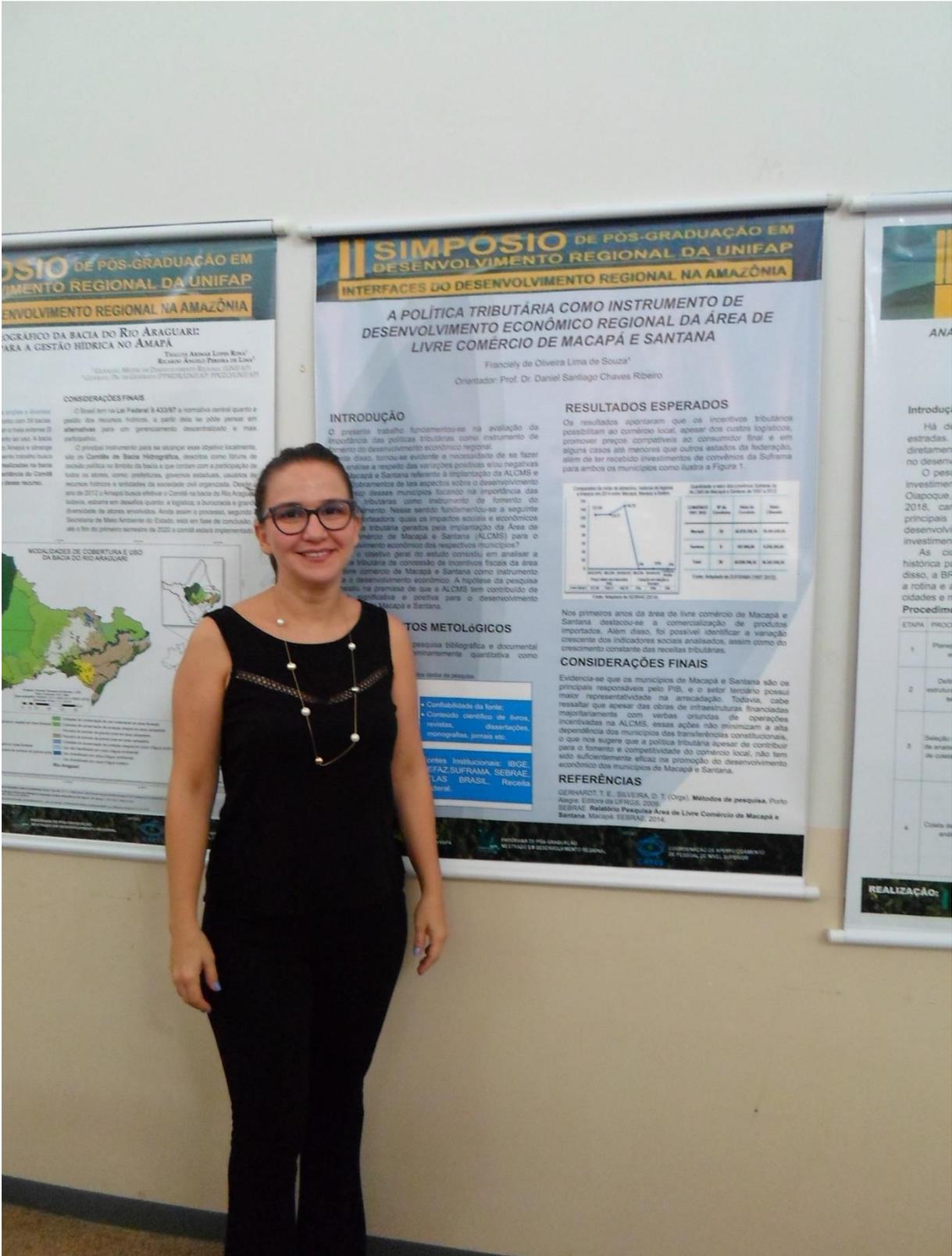
**Procedimentos metodológicos**  
 As cidades estudadas possuem relevância histórica para a formação do estado brasileiro. Além disso, a BR 156 se articula influenciando diretamente a rotina e as atividades desenvolvidas nas pequenas cidades e no trecho que as separa.

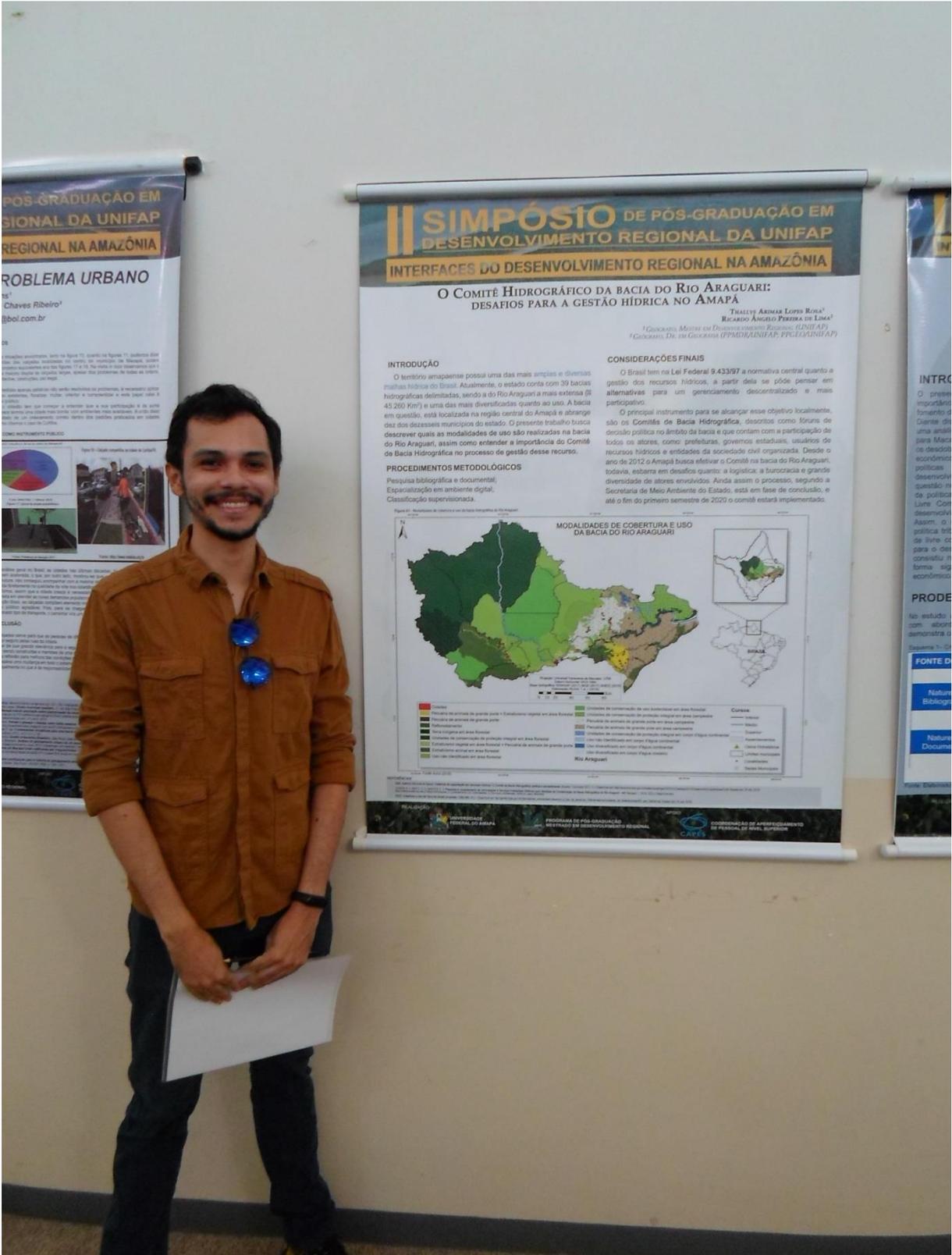
**Considerações Finais**  
 Calçoene e Oiapoque possuem dinâmicas ou relação direta com a BR. Detalhe importante é que o fato da pavimentação ter chegado, até o momento, a Calçoene tem gerado fatores importantes para a economia e para o turismo do município.

| ETAPA | PROCEDIMENTO                                    | DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO   |
|-------|---|---|
| 1     | Planejamento do estudo                          | Delimitação do tema. Pensa-se em uma problemática relevante com um enfoque teórico e simples em cima de algumas hipóteses. Serão apresentadas pesquisas anteriores a respeito do tema, como a discussão e análise de algumas teses e dissertações com o tema proposto e de grande relevância para o próprio estado.   |
| 2     | Definição da estrutura conceitual teórica       | A unidade de análise é o trecho que separa os municípios de Calçoene e Oiapoque e os municípios vizinhos. Serão utilizadas entrevistas semiestruturadas. Serão feitos levantamentos nos principais responsáveis pelas licenças e outorgas de estado, a partir do planejamento e execução das obras de infraestrutura da BR 156. Serão analisados dados do governo, como registros documentais e dados estatísticos do Projeto da BR 156. Sobre os registros documentais (entrevistas) a pesquisa analisará registros estatísticos, a pesquisa analisará as informações para o desenvolvimento das rotinas. A pesquisa apresentará e estudar também alguns registros de materiais, em massa, como jornais, revistas, sites, rádio, televisão, etc. |
| 3     | Seleção da unidade de análise e coleta de dados |   |
| 4     | Coleta de dados e análises                      |   |

**Referências**  
 BARCELLOS, P. F.; BARCELLOS, L. F. Planejamento urbano sob a perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a recuperação ambiental. Revista FAE, vol. 7, n. 1, 2004, p. 129-137.  
 BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 278 p.  
 TOSTES, J. A. Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional. Rio de Janeiro: Publi, 2012.

**REALIZAÇÃO:** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGMR  
**APOIO:** Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, CAPES





# II SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

## O Comitê Hidrográfico da Bacia do Rio Araguaari: Desafios para a Gestão Hídrica no Amapá

Thalley Arimat Lopes Rosa<sup>1</sup>  
Ricardo Ângelo Pereira de Lima<sup>2</sup>  
<sup>1</sup>Graduado, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP)  
<sup>2</sup>Graduado, Dr. em Geografia (UFPA/UNIFAP, FPEC/ALUNADO)

### INTRODUÇÃO

O território amapaense possui uma das mais amplos e diversas matas hidricas do Brasil. Atualmente, o estado conta com 39 bacias hidrográficas delimitadas, sendo a do Rio Araguaari a mais extensa (31 45 260 Km<sup>2</sup>) e uma das mais diversificadas quanto ao uso. A bacia em questão, está localizada na região central do Amapá e abrange dois dos dezesseis municípios do estado. O presente trabalho busca descrever quais as modalidades de uso são realizadas na bacia do Rio Araguaari, assim como entender a importância do Comitê de Bacia Hidrográfica no processo de gestão desse recurso.

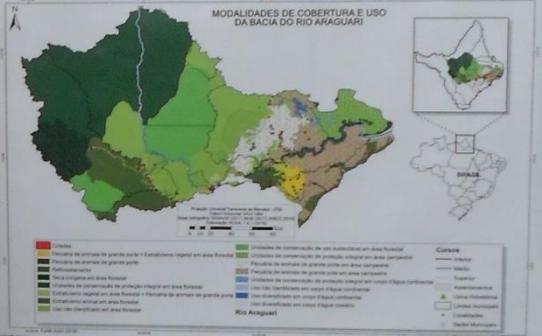
### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa bibliográfica e documental;  
Espacialização em ambiente digital;  
Classificação supervisionada.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem na Lei Federal 9433/97 a normativa central quanto a gestão dos recursos hídricos, a partir dela se pode pensar em alternativas para um gerenciamento descentralizado e mais participativo.

O principal instrumento para se alcançar esse objetivo localmente, são os Comitês de Bacia Hidrográfica, descritos como fóruns de decisão política no âmbito da bacia e que contam com a participação de todos os atores, como: prefeituras, governos estaduais, usuários de recursos hídricos e entidades da sociedade civil organizada. Desde o ano de 2012 o Amapá busca efetivar o Comitê na bacia do Rio Araguaari, todavia, estavam em desafios quanto: a logística; a burocracia e grande diversidade de atores envolvidos. Ainda assim o processo, segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, está em fase de conclusão, e até o fim do primeiro semestre de 2020 o comitê estará implementado.



### POÓS-GRADUAÇÃO EM REGIONAL DA UNIFAP

#### PROBLEMA URBANO

Chaves Ribeiro<sup>1</sup>  
bbol.com.br

1. Introdução: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o problema urbano em uma cidade da Amazônia, considerando aspectos como a expansão urbana, a infraestrutura e a qualidade de vida. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase na análise de dados secundários. Os resultados indicam que o crescimento urbano tem sido desordenado, levando a problemas de saneamento básico e falta de infraestrutura adequada. É necessário implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a qualidade de vida da população.

2. Metodologia: A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental, visando compreender o contexto teórico e prático do problema urbano. Foram analisados artigos científicos, livros, relatórios e documentos oficiais relacionados ao tema.

3. Resultados: Os resultados da pesquisa apontam para uma expansão urbana acelerada e desordenada, caracterizada pela ocupação de áreas de risco e a falta de infraestrutura adequada. Isso resulta em problemas de saneamento básico, congestionamento e poluição ambiental.

4. Conclusão: É fundamental a implementação de políticas públicas que promovam o planejamento urbano sustentável, incluindo a criação de zonas de expansão planejada, a melhoria da infraestrutura e a participação da comunidade no processo decisório.

### INTRC

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o problema urbano em uma cidade da Amazônia, considerando aspectos como a expansão urbana, a infraestrutura e a qualidade de vida. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase na análise de dados secundários. Os resultados indicam que o crescimento urbano tem sido desordenado, levando a problemas de saneamento básico e falta de infraestrutura adequada. É necessário implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a qualidade de vida da população.

### PRODE

No estudo com alunos demonstramos a importância da educação ambiental para a conservação do meio ambiente.

Fonte: D. Natureza Biológica. Natureza Documental.



**SIMPOSIO DE POS-GRADUACAO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZONIA**

**CALÇADAS PÚBLICAS: UM PROBLEMA URBANO**

Jonilson Vilhena Martins<sup>1</sup>  
 Orientador: Prof. Dr. Daniel Santiago Chaves Ribeiro<sup>2</sup>

(1) Universidade Federal do Amapá, E-mail : jonilsonvilhena@bol.com.br

**INTRODUÇÃO**

O trabalho em si se passará nos principais pontos localizados no bairro central de Marapá, publico, a Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e analise da Política Pública. É importante entender os problemas de mobilidade e acessibilidade urbana, relacionados às calçadas que se propõem esse estudo. A justificativa é que, essa podem interferir na qualidade de vida da sociedade marcapense. Nesta horizonte, se faz necessário verificar se calçadas e suas medidas exigidas pela legislação brasileira.

Cabe ponto importante é a falta de espaço apropriado para atividades dos habitantes. São identificados também em uma medida sobre as calçadas, são projetos que devem ser compartilhadas, pois, não há espaço para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nas analise, verificamos que a situação apresentada mostra problemas, como: ocupações desordenadas por habitantes, uso do passeio publico na forma de estacionamento por veículos e várias formas de ocupações utilizadas para fazer frente ao uso incorreto do espaço das calçadas.

A fundamentação técnica exigida uma linha teórica e prática com foco à administração pública e no local da sociedade quanto à implantação com o uso do passeio publico com enfoque na procura pela solução no bom emprego das recursos publicos.

**PROBLEMA**

É importante entender os problemas de mobilidade e acessibilidade urbana, relacionados às calçadas que se propõem esse estudo. A justificativa é que, essa podem interferir na qualidade de vida da sociedade marcapense. Nesta horizonte, se faz necessário verificar se calçadas e suas medidas exigidas pela legislação brasileira.

**OBJETIVO**

O objetivo do artigo é entender os meios que impedem a mobilidade e acessibilidade humana nas calçadas publicas, levando o município conhecer os seus direitos e deveres sobre o ordenamento com o passeio publico (calçadas).

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Realize bibliografica com analise de fontes do planejamento urbano e referenciais (VALACA, 1999; MARICATO, 2006; BANDELLI, P. F. P. BANDELLI, L. F. P. 2004; SILVA, 2010; publico em alguns dos principais indicadores da cidade marcapense.

Nos dias 11 a 12 de maio e 21 a 22 de junho de 2015, foi realizada a visita in loco, considerando os principais pontos, com levantamento, fotografias de alguns segmentos das passadas de diferentes pontos, com levantamento, fotografias de alguns segmentos das passadas, considerando. Posteriormente se realizou, um caso quanto aos parâmetros das calçadas, analisando, pelo IPI e execução do passeio com aplicação de entrevistas e questionários (figura 01).



**Referências**

BRUNO, A. G. (2007). Planejamento urbano e desenvolvimento econômico: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP.

VALACA, J. (1999). Planejamento urbano e desenvolvimento econômico: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP.

MARICATO, G. (2006). Planejamento urbano e desenvolvimento econômico: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP.

BANDELLI, P. F. P. BANDELLI, L. F. P. (2004). Planejamento urbano e desenvolvimento econômico: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP.

SILVA, J. (2010). Planejamento urbano e desenvolvimento econômico: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP.

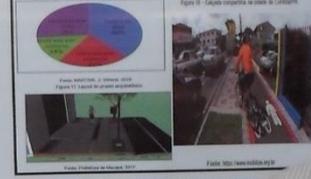
**RESULTADOS**

Analisando as situações encontradas, tanto na figura 10, quanto na figura 11, podemos dizer que as medidas das calçadas localizadas no centro do município de Marapá, podem apresentar alguns problemas, como: ocupações desordenadas por habitantes, uso do passeio publico na forma de estacionamento por veículos e várias formas de ocupações utilizadas para fazer frente ao uso incorreto do espaço das calçadas.

Então, com medidas apenas técnicas não serão resolvidos os problemas, é necessário aplicar as legislações existentes. Realizar, melhor, orientar e coordenar o esse papel cabe à administração pública.

Apresentamos, o objetivo tem que começar a entender que a sua participação e de suma importância para termos uma cidade mais bonita, com ambiente mais agradável. A partir disso tem o resultado de um ordenamento com o uso das passadas publicas em cidades modernas, como citamos o caso de Curitiba.

**CALÇADAS COMO INSTRUMENTO PÚBLICO**



Nas analise geral no Brasil, as calçadas nas últimas décadas, tiveram forma bem interessante, o que, por outro lado, mostrou-se que a presença urbanística, não conseguiu acompanhar com a mesma velocidade, o e a realidade existente na qualidade de vida das cidades.

Desta forma, assim que a cidade cresce é necessário que a sua forma tenha em pensar as novas demandas populacionais.

Em longo disso, as calçadas compõem elemento fundamental de passeio publico agradável. Pois, para se chegar a certo, há determinado tipo de transporte, o carrocer via um espaço mais

**CONCLUSÃO**

As calçadas serve para que as pessoas de diferentes idades e idades seguras para sua cidade.

Apartar de sua grande importância para a segurança do cidadão e sendo construídas e mantidas de uma maneira adequada e isso é resultado para melhorar as condições de acessibilidade e necessita uma mudança em todo o sistema urbano, de modo proporcionar que a ele seja reconhecido em sua estrutura e

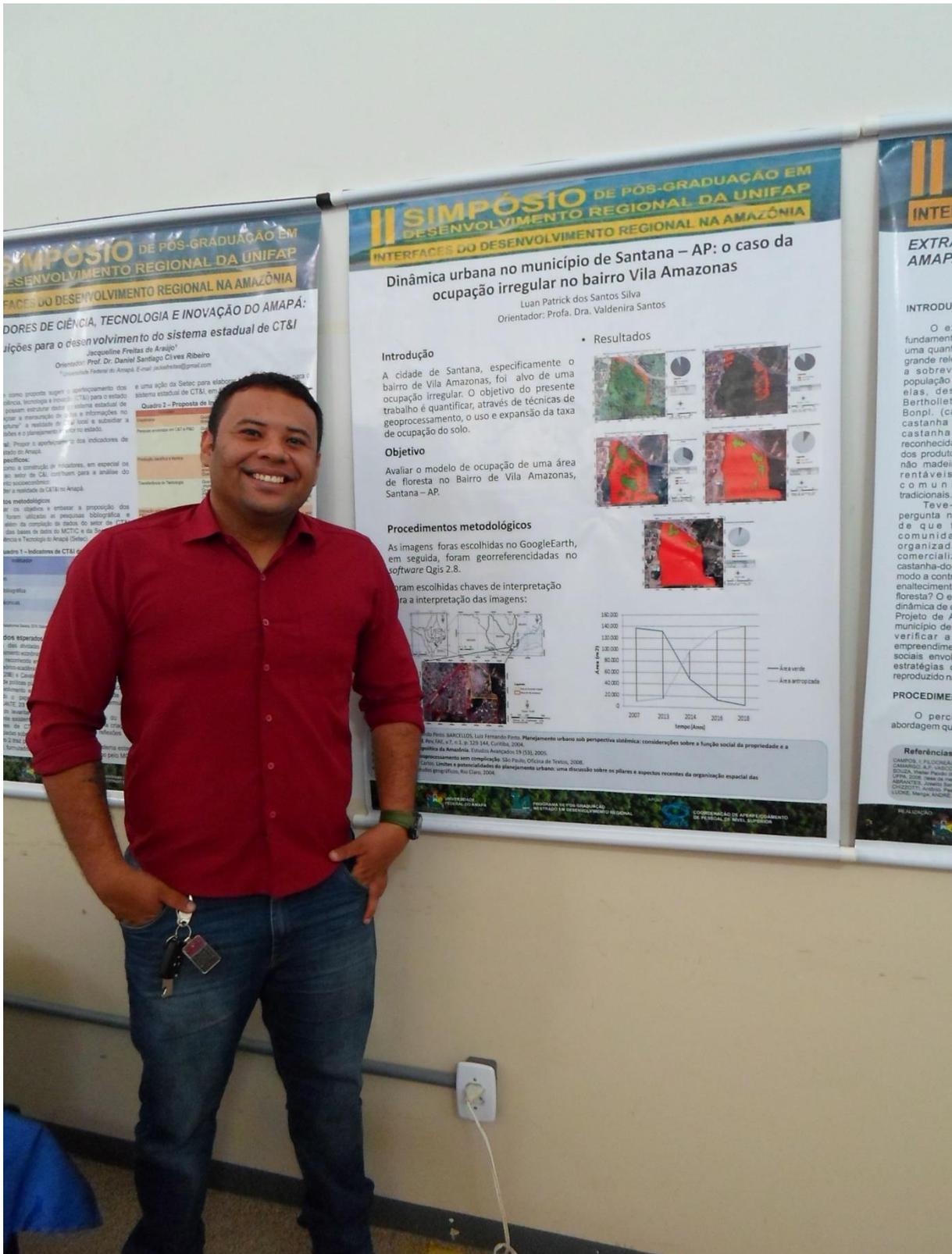
**INTRODUÇÃO**

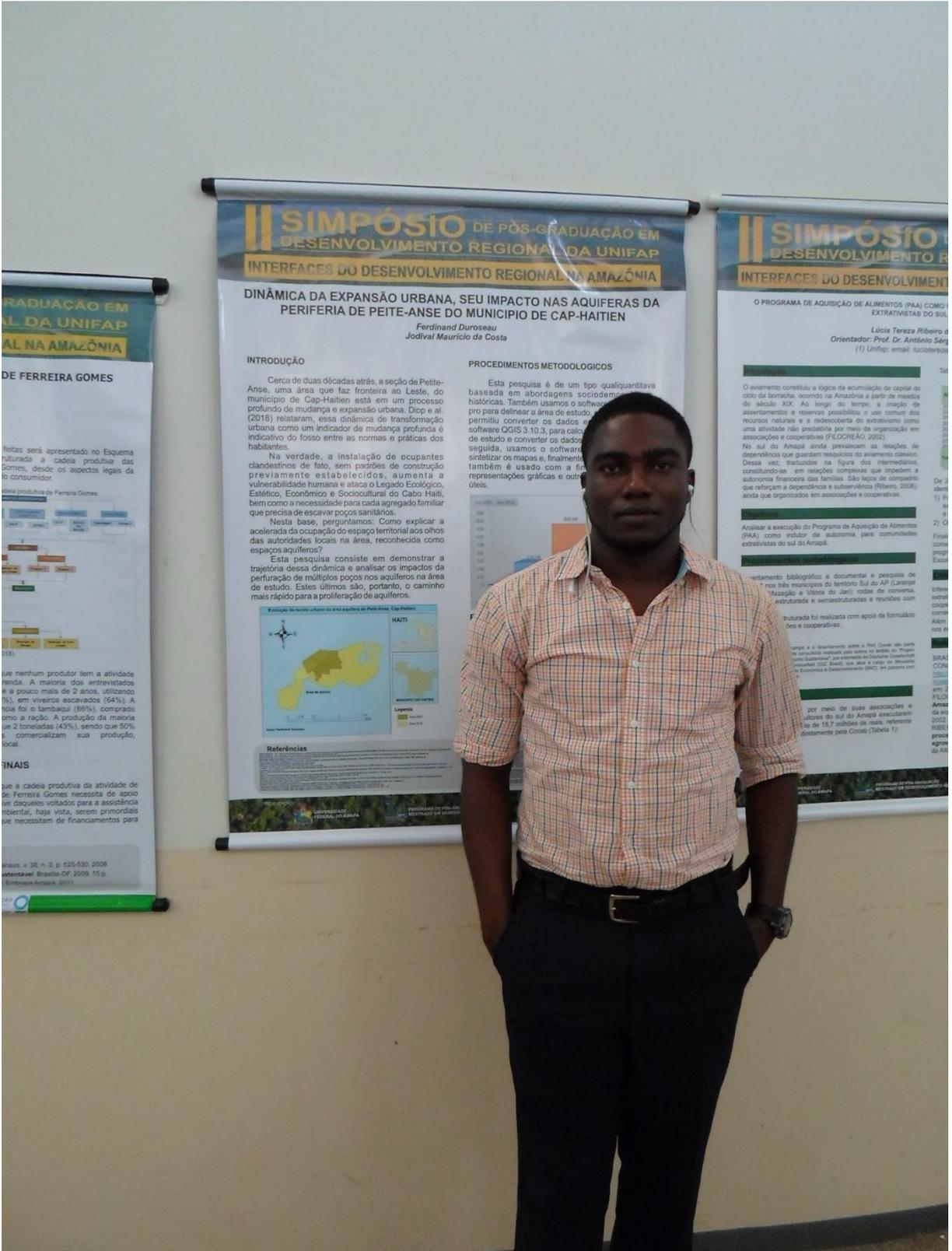
O território amapa marcapense hidrográfico do B hidrográficas delimita 45.260 Km² e uma em questão, está faz dez dias dezanze e dez descobrir quais as do Rio Araguari, as de Bacía Hidrográfi

**PROCEDIMENTO**

Pesquisa bibliográfica Especialização em a Classificação susper







**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA, SEU IMPACTO NAS AQUIFERAS DA PERIFERIA DE PEITE-ANSE DO MUNICÍPIO DE CAP-HAITIEN**  
 Ferdinand Duroseau  
 Jodival Mauricio de Costa

**INTRODUÇÃO**

Cerca de duas décadas atrás, a seção de Peite-Anse, uma área que faz fronteira ao Leste, do município de Cap-Haitien está em um processo profundo de mudança e expansão urbana. Doo e al. (2018) relataram, essa dinâmica de transformação urbana como um indicador de mudança profunda e indicativo do fosso entre as normas e práticas dos habitantes.

Na verdade, a instalação de ocupantes clandestinos de fato, sem padrões de construção previamente estabelecidos, aumenta a vulnerabilidade humana e ataca o Legado Ecológico, Estético, Econômico e Sociocultural do Cabo Haiti, bem como a necessidade para cada agregado familiar que precisa de escavar poços sanitários.

Nesta base, perguntamos: Como explicar a acelerada da ocupação do espaço territorial aos olhos das autoridades locais na área, reconhecida como espaços aquíferos?

Esta pesquisa consiste em demonstrar a trajetória dessa dinâmica e analisar os impactos da perfuração de múltiplos poços nos aquíferos na área de estudo. Estes últimos são, portanto, o caminho mais rápido para a proliferação de aquíferos.



**Referências**

Doo, J. et al. (2018). Dinâmica da expansão urbana e seu impacto nas aquíferas da periferia de Peite-Anse do município de Cap-Haitien. *Revista de Geografia da UFPA*, 42(1), 1-15.

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa é de um tipo qualitativa baseada em abordagens sociodemográficas históricas. Também usamos o software QGIS para delimitar a área de estudo. Para permitir converter os dados do software QGIS 3.10.3, para cálculo de área de estudo e converter os dados em seguida, usamos o software ArcGIS 10.2. Também é usado com a finalidade de representações gráficas e outros gráficos.

**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) COMO INSTRUMENTO DE AUTONOMIA PARA COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO SUL DO AMAPÁ**  
 Lúcia Tereza Ribeiro de Sá  
 Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio de A. P. Lima  
 (1) Unifap, e-mail: luciatereza@unifap.edu.br

**Resumo**

O alimento constitui a lógica de acumulação de capital do ciclo da borracha ocorrido na Amazônia a partir de meados do século XIX. Ao longo do tempo, a criação de assentamentos e reservas possibilitou o uso comum dos recursos naturais e a reestruturação do extrativismo como uma atividade não predatória por meio da organização em associações e cooperativas (PLOGREÃO, 2002).

No sul do Amapá ainda prevalecem as relações de dependência que guardam resquícios do aviltamento colonial. Dessa vez, traduzidos na figura dos intermediários, constituindo-se em relações complexas que impedem a autonomia financeira das famílias. São laços de compadrio que reforçam a dependência e subserviência (Ribeiro, 2008), sendo que organizações em associações e cooperativas.

**Objetivos**

Analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de autonomia para comunidades extrativistas do sul do Amapá.

Instrumentação bibliográfica e documental e pesquisa de campo nos municípios do território sul do AP: Laranjal (Mazagão e Vitória do Jari) rotas de conversa, estruturada e semiestruturada e reuniões comunitárias realizadas com apoio de formulário de dados e cooperativas.

Palavras-chave: Amapá e o movimento entre a PAA. O sul do Amapá. O ciclo da borracha. O ciclo da borracha. O ciclo da borracha.

Palavras-chave: Amapá e o movimento entre a PAA. O sul do Amapá. O ciclo da borracha. O ciclo da borracha. O ciclo da borracha.

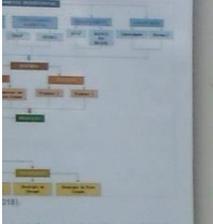
Palavras-chave: Amapá e o movimento entre a PAA. O sul do Amapá. O ciclo da borracha. O ciclo da borracha. O ciclo da borracha.

**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E ACADEIA PRODUTIVA DE FERREIRA GOMES**

Este trabalho será apresentado no Esquema Ruralizado a cadeia produtiva das frutas, desde os aspectos legais do consumidor.

Palavras-chave: Cadeia produtiva de Ferreira Gomes.



Este trabalho será apresentado no Esquema Ruralizado a cadeia produtiva das frutas, desde os aspectos legais do consumidor.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho será apresentado no Esquema Ruralizado a cadeia produtiva das frutas, desde os aspectos legais do consumidor.

Este trabalho será apresentado no Esquema Ruralizado a cadeia produtiva das frutas, desde os aspectos legais do consumidor.

Este trabalho será apresentado no Esquema Ruralizado a cadeia produtiva das frutas, desde os aspectos legais do consumidor.



**SIMPOSIUM DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

**TERRITORIALIDADE: USOS, REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS DE TERRA NO QUILOMBO KULUMBU DO PATUAZINHO, EXTREMO NORTE DO AMAPÁ, AP**  
 Nome: Kathelin Thyssy Mendonça Carneiro e Edineth Alves Silva  
 Orientador: Prof. Me. Avelino Gambim Júnior

**INTRODUÇÃO**

De conflitos de terra no Brasil decorrem de práticas iniciadas desde o período colonial e que perduram até os dias atuais (CARVALHO, 2011). Na atualidade as maiores pressões derivam de empreendimentos de empresas privadas e de órgãos governamentais, que acabam por atingir principalmente as minorias da população, como as comunidades quilombolas. Como forma de garantir e minimizar os conflitos em torno do território, as comunidades quilombolas da Amazônia e do Estado do Amapá, recorrem ao processo de certificação quilombola emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Essa apresentação tem como objetivo principal situar e problematizar, os usos, representações, e conflitos de terra no quilombo Kulumbu do Patuazinho, situado no norte do Estado do Amapá. Como objetivos específicos definiu-se situar a história da formação desta comunidade (grupos); realizar levantamento de informações através da pesquisa documental e da memória da história oral (avizinha); problematizar os conflitos de terra e as alternativas encontradas pela comunidade para minimizar tais situações como a certificação quilombola e identificar e registrar usos e representações do território por esta comunidade. No Estado do Amapá, a luta pelos direitos dos afrodescendentes contou com a participação dos movimentos sociais negros e também por meio da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Amapá (CONAQAP), que em 2011 registrou cerca de 136 comunidades quilombolas. Este é o caso da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, do município de Claqueque que recorreu a FCP e recebeu em 2010 a certificação de Comunidade Remanescente de Quilombo. Justifica-se a pesquisa com a presente comunidade, como forma de entender os elementos e representações associadas ao território que permitam a sua certificação pela FCP.

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a realização inicial da pesquisa utilizou-se como métodos de o levantamento bibliográfico e de documentos em instituições que representam os afrodescendentes e da própria memória das moradoras da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. A partir do levantamento de informações será possível identificar os conflitos que envolvem a comunidade. Já em relação a história oral através da pesquisa inicial de campo procuramos saber o que mudou com o processo de certificação na comunidade Kulumbu do Patuazinho.

**Referências**

CARVALHO, D. S. Regularização fundiária dos territórios quilombolas: direito à propriedade, situação e permanência na terra da população negra do estado de Roraima. In: Escritos: Revista do Curso de História de Marquês, v. 3, 2011.  
 SOUSA, F. S. Memórias de quilombolas: memórias e territorialidades de mulheres no Rio de Janeiro-século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.  
 SILVA, J. C. B. & BARBOSA, F. H. História oral: como fazer, como pensar. 1. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

**RESULTADOS ESPERADOS**

A partir dos objetivos, como resultado inicial destacamos os seguintes resultados. A criação da comunidade e seu deslocamento do Maranhão através de um grupo de pessoas liderados pelo Pai Bené se deu pela busca por melhorias. Já nas documentações e entrevistas com base na história oral temática, percebeu-se que a busca por elementos da cultura e das representações governamentais ajudaram para o processo de certificação da comunidade quilombola, em decorrência dos conflitos de natureza privada e pública que envolvem este território. No Território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, as representações deste grupo de famílias está associada as córregos de água, as árvores a exemplo da mãe grande (Samouma), os caminhos na mata e as entidades religiosas como os santos católicos e de matriz africana. Por fim, os resultados apontam que os esforços para obter a certificação de comunidade quilombola que agrega afrodescendentes e indígenas, não ajudou de forma efetiva a resolver os conflitos de terra e étnico-racial e religioso.



**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exposto, vimos que a garantia do território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é um símbolo de resistência frente aos conflitos agrários da economia privada predatória ligado ao mercado capitalista da região. O processo de certificação em teoria seria a garantia dos direitos básicos, o que não ocorreu. Assim, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, se mantém através de sua forte religiosidade e redes de solidariedade grupais.





**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**  
**GENAS WAJÁ: REFLEXÃO SOBRE SUAS PRÁTICAS TRADICIONAIS E A SUSTENTABILIDADE**  
 Profa. Esp. Juliana da Costa Castro  
 Orientador: Prof. Dr. Yurpel Pantofla Caldas

**RESULTADOS ESPERADOS**

- Que os alunos tenham um conhecimento mais amplo sobre o tema
- Que os alunos tenham um conhecimento mais amplo sobre o tema
- Que os alunos tenham um conhecimento mais amplo sobre o tema

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema é relevante e de extrema importância para o desenvolvimento regional da Amazônia. A pesquisa realizada teve como objetivo principal refletir sobre a importância da Educação Patrimonial e Ambiental nos projetos de pesquisa arqueológica contratada realizados no Norte do Estado do Amapá. Para isso, definiram-se objetivos específicos como identificar que tipos de patrimônios culturais são mais próximos aos alunos (as) nos ambientes escolares, problematizar as categorias de patrimônios culturais identificadas e entender a ausência de identificação com o patrimônio arqueológico da região. Justifica-se a proposta desta apresentação, a partir do diagnóstico de que a Educação Patrimonial em outros municípios do Amapá, só chega a partir do licenciamento ambiental através da arqueologia contratada. Como parte importante das pesquisas está o fato de permitir que as pessoas falem sobre suas referências culturais nos casos onde não existe o sentimento de reconhecimento com o passado apresentado pela arqueologia.

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Como forma de atender os objetivos, foi adotada a metodologia da Educação Patrimonial que destaca a importância da utilização dos critérios como observação, registro, exploração e apropriação de referências culturais locais que levam em conta o entorno dos quintais dos alunos (as). Esta reflexão também está de modo a levarmos em consideração simetricamente outras formas de se relacionar com o meio ambiente, de modo crítico e transformador (GUIMARÃES, 2001).

**Referências**

BRAUN, M. (1996). *Patrimônio Cultural e Patrimônio Ambiental*. São Paulo: Editora Senac.

GUIMARÃES, S. (2001). *Educação Patrimonial e Ambiental*. São Paulo: Editora Senac.

HORTA, A. et al. (1999). *Arqueologia e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Senac.

NETEY, A. (2008). *Arqueologia e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Senac.

NETEY, A. (2009). *Arqueologia e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Senac.

**SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIFAP**  
**INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**  
**ENTORNO DOS NOSSOS QUINTAIS: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL NO INTERIOR DO AMAPÁ**

Nome: Joely Priscila Souza de Lima  
 Orientador: Prof. Me. Avelino Gambini Júnior

**INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, em decorrência do Licenciamento Ambiental na parte Norte do Estado do Amapá, as pesquisas arqueológicas têm possibilitado a chegada da Educação Patrimonial nos ambientes escolares. A partir de projetos de Arqueologia Contratada foram realizadas entre 2018 e 2019 ações de Educação Patrimonial em escolas dos municípios de Amapá e Pracuaba (GAMBINI et al. 2016). Esta apresentação tem como objetivo principal refletir sobre a importância da Educação Patrimonial e Ambiental nos projetos de pesquisa arqueológica contratada realizados no Norte do Estado do Amapá. Para isso, definiram-se objetivos específicos como identificar que tipos de patrimônios culturais são mais próximos aos alunos (as) nos ambientes escolares, problematizar as categorias de patrimônios culturais identificadas e entender a ausência de identificação com o patrimônio arqueológico da região. Justifica-se a proposta desta apresentação, a partir do diagnóstico de que a Educação Patrimonial em outros municípios do Amapá, só chega a partir do licenciamento ambiental através da arqueologia contratada. Como parte importante das pesquisas está o fato de permitir que as pessoas falem sobre suas referências culturais nos casos onde não existe o sentimento de reconhecimento com o passado apresentado pela arqueologia.

**RESULTADOS ESPERADOS**

Desta forma, contatou-se que as ações de Educação Patrimonial, tendo como ponto de partida o patrimônio arqueológico, não faziam sentido ao estar desassociada do meio ambiente. Sendo assim, devemos lembrar que os conhecimentos que os arqueólogos trazem e o conhecimento das comunidades locais não são as duas faces opostas do conhecimento, mas coexistem de forma relacional (GNECO, 2011).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao fazermos a relação entre Educação Patrimonial e Ambiental, foi possível observarmos que representações culturais mais sensíveis emergiram na forma mais concreta os indicadores de referências culturais locais que levam em conta o entorno dos quintais dos alunos (as). Esta reflexão também está de modo a levarmos em consideração simetricamente outras formas de se relacionar com o meio ambiente, de modo crítico e transformador (GUIMARÃES, 2001).

**PATRIMÔNIO CULTURAL**

| Localidade              | Referências |
|-------------------------|-------------|
| Pracuaba                | 18          |
| Amapá                   | 8           |
| Caracaraí               | 2           |
| Alto Alegre             | 2           |
| Pracuaba (Interior)     | 1           |
| Pracuaba (Litoral)      | 1           |
| Pracuaba (Centro)       | 1           |
| Pracuaba (Norte)        | 1           |
| Pracuaba (Sul)          | 1           |
| Pracuaba (Leste)        | 1           |
| Pracuaba (Oeste)        | 1           |
| Pracuaba (Centro-Oeste) | 1           |

**Referências**

BRAUN, M. (1996). *Patrimônio Cultural e Patrimônio Ambiental*. São Paulo: Editora Senac.

GUIMARÃES, S. (2001). *Educação Patrimonial e Ambiental*. São Paulo: Editora Senac.

HORTA, A. et al. (1999). *Arqueologia e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Senac.

NETEY, A. (2008). *Arqueologia e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Senac.

NETEY, A. (2009). *Arqueologia e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Senac.